



ATA



# ATA Nº 01/2005

Da Sessão Extraordinária de  
09/06/2005 do Tribunal de  
Contas do Estado de Santa  
Catarina, de apreciação do  
processo de Prestação de Contas  
do Governo do Estado de Santa  
Catarina, relativa ao exercício  
de 2004

**Data:** Nove de junho do ano dois mil e cinco.

**Hora:** Quatorze horas.

**Local:** Plenário do Tribunal de Contas do Estado — Florianópolis.

**Presidência:** Conselheiro Luiz Suzin Marini

**Presenças:** Conselheiros Luiz Suzin Marini, Presidente, Wilson Rogério Wan-Dall, Corregedor-Geral, Moacir Bertoli, Otávio Gilson dos Santos, Luiz Roberto Herbst, Altair Debona Castelan e Clóvis Mattos Balsini e a Auditora Thereza Aparecida Costa Marques. Presente, também, o Procurador Geral do Ministério Público Junto ao Tribunal de Contas, Dr. Márcio de Sousa Rosa.

**I — Abertura da Sessão:** O Sr. Conselheiro-Presidente, considerando a existência de quorum nos termos regimentais e invocando a proteção de Deus, declarou aberta a presente Sessão Extraordinária. Em seguida, assim se manifestou: “*Esta Sessão foi convocada para apreciação das Contas do Governador do Estado, relativas ao exercício de 2004. Encontra-se presente à Sessão o Exmo. Sr. Secretário da Fazenda, Dr. Max Roberto Bornholdt, representante do Exmo. Sr. Governador do Estado, Dr. Luiz Henrique da Silveira, e, de acordo com o art. 199 do Regimento Interno desta Casa, convido-o para tomar assento à mesa. Registro com satisfação, também, a presença dos Exmos. Srs. Deputado Estadual Antônio Carlos Vieira, Dr. Lindolfo Weber, Diretor Geral da Secretaria da Fazenda, demais Diretores e servidores da mesma Secretaria, Dr. Sérgio Pinto, Procurador do Estado e Assessor do Secretário de Estado da Fazenda, Sr. Procurador Geral, Márcio Rosa, Srs. Conselheiros, Auditores e funcionários da Casa. Antes de conceder a palavra ao Relator do processo de*

*Prestação de Contas do Governo do Estado, relativa ao exercício de 2004, Sr. Conselheiro Otávio Gilson dos Santos, permito-me fazer alguns registros com o objetivo de dar esclarecimentos aos presentes e aos telespectadores que assistem à TV Assembleia Legislativa, que está transmitindo ao vivo esta Sessão, sobre as normas que regem o exame e a apreciação das Contas em questão. O art. 59, inciso I, da Constituição Estadual, estabelece que compete ao Tribunal de Contas, em auxílio à Assembleia Legislativa, apreciar as contas anuais prestadas pelo Governador do Estado e sobre elas, no prazo de sessenta dias, a contar de seu recebimento, emitir Parecer Prévio, remetendo-as, a seguir, ao Poder Legislativo Estadual para fins de julgamento. A Lei Complementar nº 202, de 15 de dezembro de 2000 — Lei Orgânica do Tribunal de Contas de SC — em seus artigos 47 a 49, repete as normas sobre a competência e prazo de apreciação das contas, previstos na Constituição Estadual e estabelece que às Contas do Governador do Estado serão anexadas as dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas. Dispõe, ainda, a Lei Orgânica que o Parecer Prévio das Contas do Governo do Estado não envolve o exame de responsabilidade dos administradores e demais responsáveis de unidades gestoras, por dinheiro, bens e valores, cujas contas serão objeto de julgamento pelo Tribunal de Contas. A Resolução nº TC-06/2001, que institui o Regimento Interno desta Casa, por sua vez, nos artigos 68 a 81, estabelece que as Contas prestadas pelo Governador do Estado consistirão do Balanço Geral do Estado e do relatório do órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, sobre a execução dos orçamentos de que trata o artigo 120, § 4º, da Constituição Estadual. O Parecer Prévio que o Tribunal de Contas deve emitir, elaborado com base no Relatório Técnico, consistirá na apreciação geral e fundamentada da gestão orçamentária, patrimonial, financeira e fiscal do exercício em exame, devendo demonstrar se as operações estão de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade aplicados à administração pública, concluindo pela aprovação ou rejeição das contas, e mencionando, se for o caso, ressalvas e recomendações. Com o advento da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), o parecer prévio a ser emitido passa a ser individualizado, por Poder e órgão constitucional, em relação ao cumprimento das normas de execução orçamentária, financeira e patrimonial e aspectos da gestão fiscal. A Prestação de Contas em apreciação nesta Sessão Extraordinária foi encaminhada a este Tribunal pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Doutor Luiz Henrique da Silveira, através do ofício nº 3521/052, em cumprimento ao que estabelece a Constituição Estadual, art. 71, inciso IX, entregue pelo Exmo. Sr. Secretário de Estado da Fazenda, Dr. Max Roberto Bornholdt, em 13 de abril de 2005, portanto, dentro do prazo constitucional previsto para a sua apresentação. Na Sessão do Tribunal Pleno realizada em 14 de fevereiro de 2005, mediante sorteio, em cumprimento ao estabelecido no artigo 131 da lei Complementar nº 202/2000 e no artigo 122 do Regimento Interno, foi escolhido como Relator do processo de prestação de contas, relativo ao exercício de 2004, o Sr. Conselheiro Otávio Gilson dos Santos. Examinadas as contas, elaborado o Relatório Técnico, bem assim, o Relatório e Projeto de Parecer Prévio do Relator e cumpridas as normas regimen-*

tais, inclusive quanto ao encaminhamento de cópia do Relatório e Projeto de Parecer Prévio aos titulares dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e ao Chefe do Ministério Público, para conhecimento e, em havendo interesse, se manifestarem a respeito, esta Presidência convocou a presente Sessão Extraordinária, através da Portaria nº 145/2005, de 19/05/2005, para apreciação da Prestação de Contas do Governo do Estado, relativas ao exercício de 2004, período de gestão do Exmo. Sr. Governador, Dr. Luiz Henrique da Silveira. Feitos esses esclarecimentos, concedo a palavra ao eminente Relator, Senhor Conselheiro Otávio Gilson dos Santos, para apresentação de seu Relatório e Projeto de Parecer Prévio, relativo ao processo de Prestação de Contas em apreciação”. Em seguida, o Sr. Presidente concedeu a palavra ao **Conselheiro Relator Otávio Gilson dos Santos**, que assim se manifestou: “Gostaria de fazer alguns agradecimentos. O primeiro à TVAL que possibilita que todos os teleouvintes do Estado acompanhem um acontecimento que para este Tribunal é o mais importante dentre os de suas atribuições. Agradeço aos servidores deste Tribunal de Contas que, sem eles, não teríamos condições de formalizar o relatório que mais adiante lerei a V. Exas. para deliberação. Assim faço por uma questão de respeito, de solidariedade, em agradecimento todo especial a esses servidores que, não só orgulham o Tribunal de Contas, mas orgulham Santa Catarina. Refiro-me à equipe técnica, através dos Senhores Amilton Opatski, Ângelo Luiz Buratto, Edison Stieven, Ivo Possamai, Jânio Quadros, Jair Antônio Duarte, João Sérgio Santana, Joel José Coelho, Leonir Santini, Neimar Paludo, Nevelis Scheffer Simão, Mauri Pereira Júnior, Odilon Inácio Teixeira, Paulino Furtado Neto, Paulo João Bastos, Paulo Gastão Pretto, Pedro Jorge Rocha de Oliveira, Pedro Vitali, Ricardo Caruzo MacDonald, Rosemari Machado, Sidney Antônio Tavares Júnior, Trícia Munari Pereira, Zenio Rosa Andrade, Zulmar Hélio Bortolotto e demais servidores do Gabinete deste Conselheiro, pela maneira cordial e amigável que possibilitaram que no dia de hoje eu pudesse cumprir mais este mister constitucional”. Em seguida, o Conselheiro Otávio Gilson dos Santos passou a ler o seu relatório, nos seguintes termos: **“RELATÓRIO DO RELATOR** — Processo nº PCG-05/00895953; origem: Gabinete do Governador do Estado; interessado: Dr. Luiz Henrique da Silveira, Governador do Estado; assunto: Prestação de Contas do exercício de 2004. **1. ASPECTOS PRELIMINARES E FORMAIS** — Em atendimento à Constituição Estadual, o Governador do Estado, Dr. Luiz Henrique da Silveira, representado pelo Exmo. Secretário de Estado da Fazenda, Dr. Max Roberto Bornholdt, em 13 de abril de 2005, no prazo legal, apresentou neste Tribunal, as Contas Anuais do Estado relativas ao exercício financeiro de 2004. Nesta Corte foi constituído o Processo nº PCG 05/00895953. Cabe ao Tribunal de Contas, no prazo de sessenta dias, emitir parecer prévio e remeter as contas à Assembléia Legislativa. A Prestação de Contas é constituída pelo Balanço Geral do Estado e seus anexos e relatórios, demonstrando a execução do Orçamento. Preliminarmente, cumpre salientar que a relatoria das Contas referentes ao exercício de 2004 competia ao Conselheiro Luiz Suzin Marini, para tanto sorteado na Sessão do Tribunal Pleno de 17/12/2003, em conformidade com o Regimento Interno. Contudo, em face da eleição do conselheiro Luiz Suzin

Marini para a presidência deste Tribunal, em 14 de fevereiro do ano em curso foi realizado novo sorteio, quando fui escolhido para o nobre encargo de relatar as contas anuais de 2004, do Governo do Estado, ora sob apreciação. As Contas Anuais de Gestão devem sintetizar a escrituração dos atos e fatos contábeis de natureza orçamentária, econômica, financeira e patrimonial de todas as Unidades Gestoras da Administração Direta do Estado. De acordo com a Constituição Estadual, as contas dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas integram a Prestação de Contas do Governador do Estado. O julgamento das contas prestadas pelo Chefe do Poder Executivo pertence à Assembléia Legislativa, nos termos do art. 59 da Constituição do Estado, cabendo ao Tribunal de Contas, no exercício de sua função constitucional de auxiliar o controle externo, emitir parecer prévio. No âmbito do Parecer Prévio não é examinada a responsabilidade dos atos de administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores, que estão sujeitos ao julgamento do Tribunal de Contas, nos termos da Constituição, em processos específicos. Conforme a Lei Orgânica desta Corte “o Parecer Prévio do Tribunal de Contas consistirá em apreciação geral e fundamentada da gestão orçamentária, patrimonial e financeira havida no exercício, devendo demonstrar se o Balanço Geral do Estado representa adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial do Estado, em 31 de dezembro, bem como se as operações estão de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade aplicados à Administração Pública, concluindo pela aprovação ou rejeição das contas.” A Lei Complementar nº 101/00 também determina que o Tribunal de Contas emita parecer separado para os Poderes e Ministério Público quanto ao cumprimento das normas de execução orçamentária, financeira e patrimonial e aspectos da responsabilidade fiscal. O presente Projeto de Parecer Prévio é instruído e fundamentado no Relatório Técnico, elaborado pela Diretoria de Controle da Administração Estadual — DCE. A análise abrange o resultado econômico-financeiro do exercício e do patrimônio financeiro e permanente do Estado, resultado da gestão fiscal, e ainda, a verificação do cumprimento de normas e limites constitucionais de aplicação de recursos, o cumprimento de limites de despesas previstos em leis e o cumprimento de disposições de leis relativas à aplicação de recursos em projetos e atividades específicas, bem como a análise do endividamento do Estado e das contas dos Poderes e Órgãos. Com vistas no cumprimento do mandamento constitucional da garantia do contraditório e da ampla defesa (art. 5º, LV, da C.F.), inicialmente, em 06 de maio de 2005 foi encaminhado exemplar do Relatório Técnico ao Secretário de Estado da Fazenda. O projeto preliminar de parecer prévio e o relatório preliminar do relator foram encaminhados aos Exmos. Srs. Governador do Estado, Dr. Luiz Henrique da Silveira, e Secretário de Estado da Fazenda, Dr. Max Roberto Bornholdt, bem como aos Exmos. Presidentes da Assembléia Legislativa, Deputado Júlio Garcia, e do Tribunal de Justiça, Desembargador Jorge Mussi e ao Exmo. Procurador-Geral de Justiça, Dr. Pedro Steil. Nos termos regimentais, o Ministério Público junto ao Tribunal emitiu o Parecer MPTC/Nº 1.374/2005 (fls. 1780/1797). Em 23/05/2005 o Exmo. Secretário de Estado da Fazenda, representando o Governador, apresentou contra-

razões aos apontamentos constantes do projeto de parecer prévio e do relatório preliminar do Relator (fls. 2090/2119) e anexos (fls. 2120/2629), consideradas na análise deste Relator. **2. Aspectos de gestão relevantes para a apreciação das contas anuais** — Cumpridas as formalidades legais e regimentais, destaco a seguir, os aspectos mais relevantes no exame das Contas Anuais prestadas pelo Governador do Estado relativas ao exercício de 2004, proporcionando uma visão global das contas, em seus aspectos orçamentário, financeiro e patrimonial da Administração Pública Estadual Catarinense, destacando-se, também, a verificação do cumprimento de normas a que estavam sujeitos os titulares dos Poderes e Órgãos constitucionais. Antes, convém salientar que a análise da gestão orçamentária, financeira e patrimonial é realizada de forma consolidada, abrangendo Administração Direta, Autarquias, Fundações, Fundos e empresas estatais dependentes, como exige a Lei de Responsabilidade Fiscal. **2.1. Gestão das Receitas** — A Receita Orçamentária consolidada arrecadada alcançou R\$ 7,57 bilhões, constituída por Receitas Correntes e de Capital.

TABELA 01 — EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA EXERCÍCIO DE 2004

TÍTULO	REALIZADA (Em R\$)	% RECEITA SOBRE A DESPESA TOTAL
RECEITA TOTAL	7.575.521.950,28	100,00 %
Própria	7.426.176.245,65	98,03 %
De Terceiros	149.345.704,63	1,97 %
DESPESA TOTAL	7.671.102.404,62	100,00 %
Corrente	6.893.627.491,69	89,86 %
De Capital	777.474.912,93	10,14 %
DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO	(95.580.454,34)	(1,26) %

As Receitas Correntes representaram 98,03% e superou a expectativa contida no Orçamento, sendo compostas pelas receitas tributárias próprias, patrimoniais, industriais, de serviços, de contribuições, transferências constitucionais e voluntárias e outras. As Receitas de Capital somaram R\$ 149,35 milhões (1,97%), mas esperava-se obter R\$ 874,54 milhões. Do total arrecadado, o Estado transferiu aos municípios o valor de R\$ 1,52 bilhão, restando R\$ 6,05 bilhões para utilização pelo Poder Público estadual. Houve crescimento real de 3,20% em relação ao exercício de 2003, em valores atualizados e de 10,43% em termos nominais. A Receita Tributária é a mais significativa fonte de receitas do Estado, e alcançou R\$ 5,22 bilhões, respondendo por 68,94% da receita arrecadada. Houve crescimento real de 4,83% em relação a 2003 (12,16% nominal). O ICMS corresponde a 99,10% da receita tributária e 68,32% da Receita Total Arrecadada, ou seja, mais de dois terços das receitas do Estado.

TABELA 02 — EVOLUÇÃO DO ICMS RECOLHIDO EM SANTA CATARINA — PERÍODO DE 2001 A 2004 — VALORES NOMINAL E CONSTANTE

ANO	NOMINAL (HISTÓRICO)	CONSTANTE (ATUALIZADO)	VARIÇÃO % CONSTANTE
2001	3.234.880.129,45	3.951.629.270,15	-
2002	3.798.879.313,84	4.280.448.532,87	8,32%
2003	4.626.072.835,31	4.949.955.217,98	15,64%
2004	5.175.747.310,33	5.175.747.310,33	4,56%



O Estado recebeu Transferências, em especial da União, de R\$ 1,53 bilhão, ou 20,23% da Receita Orçamentária. Excluídas as transferências aos Municípios, restou R\$ 1,48 milhões para o Estado. As receitas de Operações de Crédito resultaram em R\$ 90,59 milhões, decorrentes de contratos já existentes com o BID (programa rodoviário), BIRD (programa de microbacias) e Caixa Econômica Federal (programa de modernização fazendária — PNAF). Foi menor que a previsão de R\$ 222,44 milhões, mas sabe-se que a concretização de previsões relativas a receitas advindas da União ou de organismos internacionais depende de uma multiplicidade de fatores, que acabam frustrando as expectativas, ou pelo menos adiando o recebimento desses recursos, que em sua maior parte são destinados a investimentos. **2.2. Gestão das Despesas** — Quanto às Despesas, houve execução orçamentária de R\$ 7,67 bilhões, ou 84,73% dos créditos autorizados. Cresceu 8,59% em comparação com 2003 (1,49% em valores atualizados).

TABELA 03 — DESPESAS POR CATEGORIAS E GRUPOS DE NATUREZA DA DESPESA ORÇADA, AUTORIZADA E REALIZADA — EXERCÍCIO DE 2004

DESPESAS	AUTORIZADA (Em R\$)	REALIZADA (Em R\$)	%
Despesas Correntes	7.327.933.033,79	6.893.627.491,69	89,86 %
Pessoal e Encargos	3.449.090.673,27	3.367.933.993,67	43,90 %
Juros e Encargos da Dívida	466.562.400,00	466.375.539,20	6,08 %
Outras Despesas Correntes	3.412.279.960,52	3.059.317.958,82	39,88 %
Despesas de Capital	1.725.770.855,94	777.474.913,93	10,14 %
Investimentos	1.399.187.685,52	501.538.301,74	6,54 %
Inversões Financeiras	84.777.984,40	34.242.627,43	0,45 %
Amortização da Dívida	241.805.186,02	241.693.983,76	3,15 %
<b>TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>9.053.703.889,73</b>	<b>7.671.102.404,62</b>	<b>100,00 %</b>

As Despesas Correntes, relacionadas com a manutenção e funcionamento dos serviços públicos em geral, totalizaram R\$ 6,89 bilhões e corresponderam a 89,86% da despesa total do exercício. As Despesas de Capital, referentes a investimentos em infra-estrutura, aquisição de imóveis e bens permanentes e direitos e amortização do principal da dívida fundada, atingiram R\$ 777,47 milhões, representando 10,14% da despesa total do exercício. Os Investimentos realizados pelo Estado totalizaram R\$ 501,54 milhões e significaram 6,54% da despesa total do exercício. Em 2003, os investimentos foram de R\$ 511,70 milhões (7,24% da despesa total) e em 2002 foi de R\$ 454,35 milhões, 6,32% da despesa total), em valores nominais. O pagamento do principal da dívida consumiu R\$ 241,69 milhões (3,15% da despesa). Somando-se juros e correção, o serviço da dívida totalizou R\$ 708,04 milhões, corresponde a 9,23% da despesa total. Isto quer dizer que o pagamento da dívida foi superior aos investimentos em obras necessárias para a sociedade. O Poder Executivo repassou aos Poderes e Órgãos os valores previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, em percentual sobre a Receita Líquida Disponível, como mostra a tabela.



TABELA 04 — REPASSE A PODERES E ÓRGÃOS COM AUTONOMIA FINANCEIRA

ÓRGÃO	VALOR			DIFERENÇA (B-A)
	DEVIDO (A)	% DA RLD	TRANSFERÊNCIA (B)	
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	173.172.648,04	3,60	173.172.649,97	1,93
TRIBUNAL DE CONTAS	57.724.216,01	1,20	57.724.216,67	0,66
TRIBUNAL DE JUSTIÇA	324.698.715,07	6,75	325.348.718,68	650.003,61
MINISTÉRIO PÚBLICO	134.689.837,36	2,80	137.439.838,86	2.750.001,50
UDESC	93.801.851,02	1,95	93.801.852,08	1,06
TOTAL	784.087.267,51	16,30	787.487.276,26	3.400.008,75

**2.3. Resultado da execução orçamentária** — O Resultado Consolidado da Execução Orçamentária do Estado (diferença entre as receitas e despesas orçamentárias), segundo o Balanço Geral, registrou déficit orçamentário de R\$ 95,58 milhões, representando 1,26% da receita arrecadada.

TABELA 05 — EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA EXERCÍCIO DE 2004

TÍTULO	REALIZADA (Em R\$)	% RECEITA SOBRE A DESPESA TOTAL
RECEITA TOTAL	7.575.521.950,28	100,00 %
Corrente	7.426.176.245,65	98,03 %
De Capital	149.345.704,63	1,97 %
DESPESA TOTAL	7.671.102.404,62	100,00 %
Corrente	6.893.627.491,69	89,86 %
De Capital	777.474.912,93	10,14 %
DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO	(95.580.454,34)	(1,26) %

Porém, a equipe técnica desta Corte apurou a existência de despesas realizadas e não empenhadas de mais de R\$ 14 milhões na Polícia Militar SEDUMA, CIASC, COHAB e FUNCITEC. Com isso, a despesa seria maior e deveria estar registrado um déficit de R\$ 109,62 milhões (resultado ajustado). Esse aspecto, bem como o cancelamento de restos a pagar processados (despesas liquidadas), para inscrição em dívida fundada, causam preocupação quanto à efetiva observância das normas legais e dos princípios que regem a matéria orçamentária e a Administração Pública como um todo, além de resultar em artificial redução do déficit financeiro. Embora no conjunto as despesas possam não representar valores significativos, isto cabe ser aqui ressaltado para que tais fatos não se repitam e não se tornem prática corriqueira, pois a realização de despesa sem autorização orçamentária, afronta às normas constitucionais, à Lei nº 4.320/64 e à Lei Complementar nº 101/00. Manifestando-se sobre a execução orçamentária, o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, no Parecer nº MPTC nº 1.374/2005, anota que tendo em vista os atos de gestão informados pelo Estado de realização de despesas sem o devido empenhamento, cancelamento de empenhos liquidados e de restos a pagar inscritos até 2003, estes para registro no passivo permanente, o resultado orçamentário precisa ser ajustado para R\$ 115,3 milhões e o financeiro para R\$290,0 milhões, para dar cumprimento ao princípio da competência para a despesa pública estabelecido no artigo 35 da Lei nº 4.320/1964, e aos princípios contábeis inscritos na Resolução nº 750/1993 do Conselho Federal de Contabilidade. Segundo o Poder Executivo, no exercício financeiro de 2004 o Estado apresentou uma significativa melhora, pois reduziu o

déficit de execução orçamentária em relação a 2003, quando representou 2,97% da receita arrecadada e em 2004 representou 1,26%. Aduz que o Estado tem realizado esforços na tentativa de alcançar o equilíbrio das contas, dando cumprimento a um dos princípios da Lei Complementar nº 101/00 — LRF. Atribui as dificuldades financeiras para equilíbrio das contas a situações como as perdas originadas pela desoneração do ICMS sobre as exportações, não compensadas pela União, em mais de R\$ 400 milhões; elevação dos valores despendidos com juros e encargos da dívida, advinda principalmente do indexador (IGP-DI) utilizado pela União para corrigir a dívida dos Estados, e aumento de 0,35% no repasse financeiro aos Poderes e órgãos, calculado sobre a Receita Líquida Disponível do Estado.

TABELA 06 — EVOLUÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS REALIZADAS — CONSOLIDADA — PERÍODO DE 2001 A 2004

ANO	RECEITA REALIZADA	DESPESA REALIZADA	RESULTADO C = A — B NOMINAL	%
	NOMINAL (A)	NOMINAL (B)		
2001	5.078.829.617	4.959.632.598	119.197.019	2,35 %
2002	7.014.164.984	7.190.840.785	(176.675.801)	(2,52) %
2003	6.860.161.172	7.063.866.303	(203.705.131)	(2,97) %
2004	7.575.521.950	7.671.102.405	(95.580.455)	(1,26) %

Devo esclarecer que o eventual aumento de percentual de repasse aos Poderes e Órgão não provoca déficit de execução orçamentária consolidada. O não recebimento dos valores devidos da desoneração do ICMS efetivamente resultou em menor ingresso de receitas. O índice de correção da dívida com a União realmente é prejudicial ao Estado, gerando maiores despesas. Todavia, o equilíbrio das contas deve ser perseguido considerando as receitas efetivamente arrecadadas, realizando despesas compatíveis com esse nível de receitas, a fim de não ocorrer déficit de execução orçamentária. **2.4. Gestão Patrimonial** — No aspecto do Patrimônio, o Balanço de 31/12/2004 registrava Ativo total (financeiro e permanente) de R\$ 9,10 bilhões, inferior ao Passivo total de R\$ 11,80 bilhões. Significaria que há um passivo real a descoberto de R\$ 1,84 bilhão. No entanto, esta análise pode não ser relevante, pois não existe correta reavaliação do patrimônio, especialmente os imóveis, e a maior parte dos créditos de R\$ 5,61 bilhões registrados no ativo, se referem à dívida ativa, que em 31/12/2004 era de R\$ 3,04 bilhões. Além da histórica baixa efetividade na conversão da dívida ativa em receita efetiva, sabe-se que grande parte é irrecuperável. A título ilustrativo, em 2004 receita decorrente da dívida ativa somou apenas R\$ 21,98 milhões, menos de 1% dos créditos existentes. Quanto a esse aspecto, ressalta o Ministério Público que “[...] é importante registrar que a LRF exige que a LDO apresente um anexo evidenciando a evolução do patrimônio líquido nos últimos três exercícios, indicando assim a necessidade de manter atualizado o registro contábil dos ativos e passivos, sob pena da evidenciação desejada no anexo da LDO não ser real. Como o relatório técnico não registra a realização ou não de procedimentos contábeis por parte do Estado de atualização dos seus ativos e passivos, é possível que o resultado patrimonial com passivo real a descoberto de 1,7 bilhões de reais, não seja real” **2.5. Resultado Financeiro** — Em 31 de dezembro de 2004, o Balanço Geral do Estado registrava Ativo Financeiro de R\$ 861,08 milhões e Passivo Financeiro de R\$ 1,03 bilhão, concluindo-

se pela existência de Déficit Financeiro de R\$ 165,85 milhões. Em relação ao exercício de 2003 houve redução do déficit financeiro.

TABELA 07 — EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO LÍQUIDA FINANCEIRA — VALORES CONSTANTES — EXERCÍCIOS DE 2001 A 2004

EXERCÍCIOS	ATIVO FINANCEIRO (Em R\$ mil)	PASSIVO FINANCEIRO (Em R\$ mil)	SITUAÇÃO LÍQUIDA FINANCEIRA (Em R\$ mil)
2001	720.813	1.092.567	(371.754)
2002	581.825	926.290	(344.465)
2003	846.241	1.306.411	(460.171)
2004	861.084	1.026.935	(165.850)

No entanto, apurou-se que parte da redução do déficit financeiro se deve ao cancelamento de despesas de curto prazo (restos a pagar) relativas a 2003 e anteriores, que deveriam ser pagas no exercício de 2004. Esse cancelamento, no montante de R\$ 110,08 milhões, com inscrição em dívida permanente, provoca artificial redução do déficit financeiro e aumenta a dívida fundada interna. Trata-se de um expediente, que além de não encontrar amparo legal, é perigoso para as finanças do Estado, pois se está produzindo dívida fundada sem que haja contrato e sem autorização legislativa, ou seja, apenas por conta de restos a pagar de exercícios anteriores, que já deveriam estar pagos. O Passivo Financeiro de R\$ 1,03 bilhão corresponde aos compromissos de curto prazo, denominada dívida flutuante. Nesse valor constam os depósitos de diversas origens e outros valores que se encontram sob guarda do Poder Público e que pertencem a terceiros, como os depósitos judiciais. Também integram a dívida flutuante os chamados restos a pagar, que se referem a dívidas de curto prazo com fornecedores, prestadores de serviços, empreiteiras, servidores etc. Estas, em princípio, têm exigibilidade imediata.

TABELA 08 — PASSIVO FINANCEIRO — EXERCÍCIO DE 2004

ESPECIFICAÇÃO	VALOR	%
Restos a Pagar	343.263.093,05	33,43 %
Depósitos de Diversas Origens	547.684.132,74	53,33 %
Depósitos Especiais	87.706,69	0,01 %
Consignações	130.985.049,15	12,75 %
Resultado Pendente	4.914.525,58	0,48 %
<b>TOTAL DO PASSIVO FINANCEIRO</b>	<b>1.026.934.507,21</b>	<b>100,00 %</b>

Foram inscritas em restos a pagar despesas no montante de R\$ 343,26 milhões. São R\$ 19,71 milhões relativos ao Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas. E o Poder Executivo deixou restos a pagar de R\$ 323,55 milhões, dos quais R\$ 152,29 milhões se referem a restos a pagar processados, ou seja, débitos líquidos e certos para com os credores. Quando ficam pendentes de pagamento despesas sem os recursos financeiros suficientes para comportá-los, há um comprometimento da execução financeira do ano seguinte, pois parte da arrecadação deverá ser destinada ao pagamento das dívidas do ano anterior. Por isso tanto se combate o déficit orçamentário, pois se reflete nos aspectos financeiro e orçamentário do exercício subsequente. Caso não haja excesso de arrecadação, as receitas serão insuficientes para atender às despesas autorizadas pelo Orçamento do ano seguinte. Deve-se ter uma constante preocupação com o permanente equilíbrio das contas, razão maior da existência da Lei de Responsabilidade Fis-

cal. Quando a despesa é inscrita em restos a pagar, devem ser pagas no exercício seguinte. No entanto, é prática comum na Administração Pública deixar restos a pagar por vários anos. Não foi diferente no Governo do Estado. No final do exercício de 2004 havia mais de R\$ 110 milhões relativos a exercícios anteriores a 2004 não pagos. O Poder Executivo, então, cancelou os restos a pagar, reduzindo o passivo financeiro de curto prazo. De forma concomitante inscreveu em dívida de longo prazo, desobrigando ao pagamento imediato, que pode sacrificar os credores. Nas contra-razões, o Poder Executivo argumenta que alguns fatores prejudicaram a consecução do equilíbrio das contas: as perdas com a desoneração do ICMS e o não cumprimento, por parte da União, do disposto pela Lei Kandir, gerando transferência a menor de aproximadamente R\$ 404 milhões; frustração das expectativas de ingresso de receitas de capital, previstas no montante de R\$ 874,53 milhões e realizadas em R\$ 149,34 milhões. Reclama o Governo que o sistema tributário nacional concentra cada vez mais o bolo tributário nos cofres da União, fazendo crescer a dependência dos entes estaduais, principalmente no que tange aos repasses de convênio de capital. De outro lado, houve elevação de R\$ 35,70 milhões nos dispêndios com juros e encargos da dívida como União, além de aplicação em educação em valores superiores ao exigido pelo art. 212 da Constituição Federal. Informa o Secretário de Estado da Fazenda que neste exercício estão sendo implementadas várias medidas no sentido de controlar com maior eficácia a relação receita/despesa, como o Sistema Financeiro de Conta Única (art. 123 da Lei Complementar nº 284/05), com vistas a possibilitar ao Poder Executivo a manutenção da disponibilidade financeira, por fonte de recursos, em nível capaz de atender à programação financeira de desembolso, prover o Tesouro Estadual dos recursos necessários às liberações financeiras, utilizar eventual disponibilidade para garantir a liquidez de obrigações do Estado ou com o objetivo de reduzir o custo da dívida pública e ainda otimizar a administração dos recursos financeiros mediante a busca de melhores taxas de juros ou rendimentos, na busca gradual do principal objetivo, o equilíbrio na gestão fiscal. As justificativas e ações desenvolvidas pelo Executivo são de todo pertinentes. Entretanto, como já abordado, considerando que estamos apreciando as contas do exercício de 2004 é forçoso dizer que o Balanço Geral registra déficit financeiro de R\$ 165,85 milhões. E na realidade o déficit financeiro é superior se considerarmos os restos a pagar cancelados (R\$ 110,08 milhões), pois ainda que tenham sido inscritos em dívida fundada, encontram-se pendentes de pagamento, o que resulta em déficit financeiro efetivo de R\$ 275,93 milhões. A Dívida Fundada global, que representa a dívida de longo prazo, apresentava saldo de R\$ 9,99 bilhões em 31/12/2004, sendo R\$ 9,52 bilhões de dívida interna (95,25%) e R\$ 475,76 milhões de dívida externa (4,75%).

TABELA 09 — COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA

DÍVIDAS/DESPESAS	VALOR (Em R\$)
1) Dívida Fundada Interna	9.521.195.818,44
2) Dívida Fundada Externa	475.763.618,07
3) Dívida Flutuante (Passivo Financeiro)	1.026.934.507,21
4) Outras Dívidas (Credores Adm. Direta e Indireta)	778.627.410,11
<b>TOTAL DA DÍVIDA PÚBLICA</b>	<b>11.802.522.000,00</b>

Outra situação que em última análise também representa dívidas são os precatórios, em sua maior parte já vencidos. Segundo levantamento preliminar que está sendo realizado pelo Tribunal de Contas, a pedido do Supremo Tribunal Federal, os precatórios da Administração Direta, Autarquias e Fundações do Estado atingem a cifra de R\$ 300 milhões, contando os oriundos da Justiça Estadual e da Justiça do Trabalho. Devo dizer que este Tribunal tem recebido denúncias quanto ao atraso nesses pagamentos, já que as pessoas beneficiárias estão aguardando há vários anos, sem receber o que lhes é devido. Somando-se todas as dívidas (flutuante e dívida fundada, ou seja, de curto e longo prazo), em 31 de dezembro de 2004 a dívida global era de R\$ 11,80 bilhões. Em 2003 era de 10,96 bilhões em valores nominais. Então houve aumento de 10,76%. Se a dívida de 2003 fosse corrigida pelo índice adotado pela área técnica no relatório técnico e no parecer prévio, haveria redução de 3,98%.

TABELA 9 — COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA

DÍVIDAS/DESPESAS	VALOR (Em R\$)
1) Dívida Fundada Interna	9.521.195.818,44
2) Dívida Fundada Externa	475.763.618,07
3) Dívida Flutuante (Passivo Financeiro)	1.026.934.507,21
4) Outras Dívidas (Credores Adm. Direta e Indireta)	778.627.410,11
<b>TOTAL DA DÍVIDA PÚBLICA</b>	<b>11.802.522.000,00</b>

O Estado cumpriu o limite de até duas vezes a respectiva Receita Corrente Líquida determinado pelo Senado Federal para a dívida consolidada líquida, em cumprimento à Lei de Responsabilidade Fiscal, pois correspondia a 1,64 vezes. **2.6. Despesa com Pessoal** — Outro aspecto que merece destaque é a Despesa Total com Pessoal do Estado — Administração Direta, Autarquias, Fundações e empresas estatais dependentes — incluídas as obrigações patronais, para fins de verificação dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal. Consoante os dados do Relatório Técnico, o gasto total com pessoal, apurado em conformidade com a Portaria nº 471/03 da Secretaria do Tesouro Nacional, foi de R\$ 3,06 bilhões, resultando em crescimento de 10,67% em valores nominais em relação a 2003. Em relação ao ente correspondeu a 53,99% da Receita Corrente Líquida, inferior ao limite de 60% estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

TABELA 10 — DESPESA TOTAL COM PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA, POR PODER E GÂOS — EXERCÍCIO DE 2004

DISCRIMINAÇÃO	DESPESA TOTAL COM PESSOAL	% LIMITE PELA LRF	% LIMITE PRUDENCIAL	% PODERES E ÓRGÃOS S/ RCL
PODER EXECUTIVO	2.509.350.577,15	49,00	46,55	44,26
ALESC	115.115.742,36	2,20	2,09	2,03
TCE	44.064.983,05	0,80	0,76	0,78
PODER JUDICIÁRIO	275.678.321,59	6,00	5,70	4,86
MINISTÉRIO PÚBLICO	116.541.403,53	2,00	1,90	2,06
<b>TOTAL</b>	<b>3.060.750.881,79</b>	<b>60,00</b>	<b>57,00</b>	<b>53,99</b>

No Poder Executivo correspondeu a 44,26% da receita corrente líquida, inferior ao limite de 49%. Na Assembleia Legislativa foi de 2,03%, no Tribunal de Justiça, 4,86% e no Tribunal de Contas, 0,78%, todos inferiores aos respectivos limites. No caso do Tribunal de Contas, embora inferior ao limite legal, havia superado o limite prudencial. Já no Ministério Público, o gasto representou comprometimento de



2,06% da RCL, superior ao limite máximo de 2,00% definido na Lei de Responsabilidade Fiscal. **2.7. Investimento em pesquisa científica e tecnológica** — Foi constatada a aplicação de recursos em pesquisa científica e tecnológica em montante inferior ao percentual de 2% previsto no art. 193 da Constituição do Estado. Os R\$ 17,73 milhões aplicados corresponderam a 0,35% das Receitas Correntes. A norma da Constituição Estadual nunca foi integralmente cumprida. Foi objeto de recomendações desta Corte, em especial no Parecer Prévio das Contas do Exercício de 2003, quando o relator Conselheiro Moacir Bertoli sugeriu a recomendação para que houvesse solução legislativa de modo que a aplicação em ciência e tecnologia passasse a abarcar parte das despesas da EPAGRI com pesquisa tecnológica no campo agropecuária. Essa solução surgiu com a Lei Complementar nº 284, de 28/02/2005, permitindo, a partir de 2005, o cômputo de despesas realizadas pela EPAGRI para fins do art. 193 da Constituição do Estado. O Executivo sustenta que o não cumprimento se deve às dificuldades enfrentadas pelo Tesouro, que não dispõe de recursos suficientes para atender a todas as demandas públicas, o que torna penosa a observância de todos os percentuais de repasses vinculados à arrecadação, tais como saúde, educação, Poderes e Órgãos Constitucionais, Municípios, dívida pública etc. Com o novo dispositivo legal, o Estado terá mais condições de cumprir o disposto no art. 193 da Constituição Estadual. Considerando a inovação trazida pela Lei Complementar Estadual nº 284/05, a ressalva inicialmente sugerida por este Relator pode ser convertida em recomendação para que, diante dessa nova ordem legal, o Poder Executivo possa adotar providências para o cumprimento do disposto no art. 193 da Constituição do Estado. **2.8. Gastos com publicidade e propaganda** — As despesas com serviços de publicidade e propaganda no ano de 2004 (exceto publicação de atos legais), atingiram o montante de R\$ 53,94 milhões, considerando os valores empenhados pela Administração Direta, Autarquias, Fundações, Fundos, Empresas Estatais Dependentes e as despesas pagas pelas Empresas Não Dependentes. Nota-se que 74,44% refere-se a campanhas institucionais, 13,51% é relativo a patrocínios e o restante 12,05% diz respeito a outras formas de publicidade. Na Administração Direta do Estado os gastos atingiram R\$ 32,49 milhões. O Poder Executivo realizou gastos com publicidade e propaganda no valor de R\$ 31,31 milhões. A Assembléia Legislativa realizou gastos de R\$ 985,05 mil (3,03%) e o Tribunal de Justiça desembolsou R\$ 199,24 mil (0,61%).

TABELA 11 — DESPESAS COM SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA TODOS OS ÓRGÃOS E ENTIDADES — EXERCÍCIO DE 2004

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL (Em R\$)	%
Administração Direta	32.491.147,10	60,24 %
Autarquias	1.471.508,61	2,73 %
Fundações	691.960,15	1,28 %
Fundos Especiais	1.410.430,13	2,61 %
Empresas Estatais Dependentes	3.757.570,22	6,97 %
Empresas Não Dependentes	14.114.018,55	26,17 %
<b>TOTAL</b>	<b>53.939.634,76</b>	<b>100,00 %</b>

As Fundações Públicas empenharam R\$ 691,96 mil. As Autarquias executaram R\$ 1,47 milhões. Os Fundos Especiais R\$ 1,41 milhões, sendo 51,35% por conta do Fundo Estadual de Saúde. As Empresas Estatais Dependentes (SANTUR, CIDASC, EPAGRI e COHAB) empenharam R\$ 3,76 milhões. No seu conjunto, as Empresas Estatais não Dependentes realizaram despesas no montante de R\$ 14,11 milhões. Os gastos mais significativos foram realizados pela CELESC (R\$ 5,93 milhões), CASAN (R\$ 3,24 milhões), CODESC (R\$ 1,98 milhões) e BADESC (R\$ 1,78 milhões). Os gastos realizados pela CELESC corresponderam a 10,99% de toda a despesa com publicidade na Administração Pública Estadual. O gasto da CASAN correspondeu a 6,02%. Observa-se que as despesas com serviços de publicidade e propaganda representam um desembolso significativo para o Poder Público quando comparado com os gastos com algumas Funções de Governo. As aplicações nas Funções de Governo importantes como Judiciária, Assistência Social, Trabalho, Cultura, Habitação, Gestão Ambiental, Ciência e Tecnologia, Indústria, Comércio e Serviços e Desporto e Lazer foram significativamente inferiores às despesas com serviços e publicidade e da propaganda pelo Poder Público. A despesa empenhada pela Administração Pública estadual (R\$ 53,94 milhões) é quase equivalente à totalidade da despesa efetuada pelo Tribunal de Contas (R\$ 56,94 milhões).

**2.9. Despesas com saúde** — Com o advento da Emenda Constitucional nº 29, de 2000, o Estado está obrigado a aplicar em ações e serviços públicos de saúde pelo menos 12% do produto da arrecadação dos impostos estaduais e das transferências da União relativas a tributos. Isto exclui os gastos com recursos do Sistema Único de Saúde — SUS e outras transferências voluntárias da União, como o Programa de Saúde da Família e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde. Conforme demonstrado no Relatório Técnico e na análise das contra-razões, o Estado deveria aplicar R\$ 581,52 milhões. As despesas empenhadas, com ajuste após as considerações constantes nas contra-razões do Poder Executivo, atingiram R\$ 548,48 milhões, representando 11,32% da base de cálculo das receitas, não atingindo o percentual mínimo preceituado pela Constituição Federal. Nesse valor estão incluídas as despesas com inativos da área da saúde.

TABELA 12 — APLICAÇÃO NO FINANCIAMENTO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE — 2004 — EMENDA CONSTITUCIONAL FEDERAL Nº 29

ESPECIFICAÇÃO	VALOR (Em R\$)
TOTAL RECEITAS DE IMPOSTOS (BASE DE CÁLCULO)	4.845.970.026,66
PERCENTUAL MÍNIMO A SER APLICADO NO EXERCÍCIO	12,00%
VALOR A SER APLICADO NO EXERCÍCIO	581.516.403,22
VALOR APLICADO EM 2004 — EMPENHADO (incluindo inativos)	545.255.856,23
PERCENTUAL APLICADO	11,32%

A apuração pela despesa empenhada até o exercício de 2004 decorreu de critério isonômico com os municípios. Evidentemente, que a apuração pela despesa liquidada, como está sendo adotado a partir do exercício de 2005, melhor espelha a realidade da aplicação dos recursos. Em 2003, por exemplo, do valor empenhado houve anulação de R\$ 31 milhões em 2004. Significa dizer que na realidade o valor efetivamente aplicado foi inferior àquele mostrado nas contas. Se não tivesse havido



empenhamento ou se o empenhado houvesse sido cancelado em 2003, o percentual de aplicação naquele exercício não seria de 11,14%, e sim 10,44%. Isto também pode ocorrer com as despesas empenhadas em 2004, se parte das deixadas em restos a pagar forem canceladas em 2005. O mesmo pode ocorrer com os gastos em ensino. Por isso, a partir das contas de 2005 o critério será o das despesas liquidadas. Nas contra-razões, o Poder Executivo entende que devam ser excluídas da base de cálculo as receitas transferidas ao Fundef e as receitas decorrentes multas, juros de mora e dívida ativa de impostos. No entanto, o Tribunal está mantendo o critério adotado nos exercícios anteriores, em consonância com os entendimentos havidos entre os Tribunais de Contas, o Ministério da Saúde e o Conselho Nacional de Saúde, expresso em portaria e resoluções, até que seja aprovada lei disciplinando quais receitas e quais despesas devem integrar o cálculo. Por tais critérios, o percentual aplicado em 2004 foi de 11,32%, inferior ao mínimo de 12%. Se fossem excluídos também os restos a pagar de 2003 cancelados em 2004, o percentual seria ainda menor (10,67%). Porém, pelo critério da despesa empenhada até então adotado o percentual a ser considerado é de 11,32%. Por se tratar de norma constitucional, entendo pertinente que se faça ressalva sobre esse aspecto. O cumprimento do dispositivo constitucional também ganha relevância ante a possibilidade suspensão das transferências voluntárias pela União para o Estado, em conformidade com o art. 25, § 1º, inciso IV, alínea “b”, da Lei Complementar nº 101/00.

**2.10. Investimentos em educação** — O art. 212 da Constituição Federal prescreve que os Estados aplicarão, anualmente, no mínimo, 25% da receita resultante de impostos (compreendida a proveniente de transferências) na manutenção e desenvolvimento do ensino, referendado pelo art. 167 da Constituição do Estado de Santa Catarina. No exercício de 2004 o Poder Executivo estava obrigado a aplicar o mínimo de R\$ 1,21 bilhão na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino. Considerando as despesas empenhadas no exercício, os gastos atingiram R\$ 1,41 bilhão, correspondente a 29,01% das Receitas de Impostos. Por esse critério houve cumprimento da norma constitucional. Houve o cumprimento da norma constitucional, mesmo quando se consideram as despesas liquidadas ou pagas.

TABELA 13 — APLICAÇÕES EM EDUCAÇÃO — MANUTENÇÃO NO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO (GERAL)

ESPECIFICAÇÃO	VALOR (Em R\$)
TOTAL RECEITAS DE IMPOSTOS (BASE DE CÁLCULO)	4.846.058.228,92
PERCENTUAL MÍNIMO A SER APLICADO NA MANUTENÇÃO DO ENSINO (GERAL)	25%
VALOR MÍNIMO A SER APLICADO EM 2004 (art. 212 CF)	1.211.514.557,23
VALOR APLICADO EM 2004 — EMPENHADO (incluindo inativos)	1.405.936.770,73
PERCENTUAL APLICADO	29,01%

A exemplo da saúde, o resultado só foi obtido quando consideradas as despesas com inativos, que totalizaram R\$ 372,04 milhões, ou 29,05% do valor aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino. Excluídas as despesas empenhadas com pagamento de inativos, a aplicação corresponderia a 21,33% do total das receitas destinadas a essa finalidade. Embora seja inadequado incluir as despesas com inativos, pois não contribuem para a manutenção e desenvolvimento do ensino e não se

coadunem com as despesas elegíveis pela Lei nº 9.394/96 (LDB), esta Corte tem considerado tais despesas, no caso das contas do Estado, mas formulando recomendações, como a constante do parecer prévio sobre as contas do exercício de 2003, para que haja exclusão, de forma gradativa, por reconhecer as dificuldades estruturais das despesas com pessoal do Estado, em especial pela falta de sistema próprio de previdência que desonere o Tesouro do Estado. Todavia, não parece estar havendo qualquer esforço nesse sentido, pois em 2004 foi mantida a média de despesas com inativos em relação ao total das despesas na manutenção e desenvolvimento do ensino. Em 2001 representavam 29,62%, em 2002 corresponderam a 27,98%, no exercício de 2003 alcançaram 29,66% e em 2004 representaram 29,05%. Quer dizer, o panorama não foi alterado. Por isso, talvez fosse o caso das áreas envolvidas do Poder Executivo (Secretarias da Fazenda, Educação, Saúde e Planejamento, por exemplo) e o Tribunal de Contas estudarem conjuntamente com maior profundidade os pontos divergentes em relação às receitas e despesas que devem ser consideradas para os pisos mínimos de saúde e educação, incluindo essa questão dos inativos, a fim de evitar reiteradas ressalvas e recomendações.

**2.10.2. Manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental** — Ainda segundo a Constituição Federal, é dever do Estado investir no ensino fundamental pelo menos 60% do total a ser aplicado na manutenção e desenvolvimento da educação. O Poder Executivo deveria aplicar pelo menos R\$ 726,91 milhões, mas aplicou R\$ 828,95 milhões (empenhado), correspondendo a 68,42% das receitas oriundas de impostos, superior ao mínimo de 60% prescrito pela Constituição.

TABELA 14 — APLICAÇÕES NO ENSINO FUNDAMENTAL (ART. 60 ADCT — CF)

ESPECIFICAÇÃO	VALOR (Em R\$)
25% DO TOTAL RECEITAS DE IMPOSTOS (BASE DE CÁLCULO)	1.211.514.557,23
APLICAÇÃO MÍNIMA NO ENSINO FUNDAMENTAL — 60% DE 25% DOS IMPOSTOS	726.908.734,34
VALOR APLICADO EM 2004 — EMPENHADO (incluído inativos)	828.953.453,61
PERCENTUAL APLICADO	68,42%

Aqui também o cumprimento da norma constitucional foi alcançado mediante o empenho de R\$ 141,09 milhões relativos a despesas com inativos, que representaram 17,02% das despesas com ensino fundamental. Se excluídas essas despesas, o percentual seria de 56,78%.

**2.10.3. Utilização dos Recursos do Fundef** — O Fundo de Manutenção e do Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério — Fundef, foi instituído em 1996, com contribuições do Estado, dos municípios e, eventualmente, da União. Os valores arrecadados pelo fundo são redistribuídos segundo o número de alunos matriculados no ensino fundamental. Anualmente é definido pelo Ministério da Educação o valor por aluno. O Estado contribuiu com R\$ 675,62 milhões e recebeu R\$ 550,30 milhões em devolução (retorno), gerando uma diferença a menor de R\$ 125,31 milhões. Essa diferença é computada como despesa com ensino do Estado. Somando-se as receitas com as aplicações financeiras, os recursos financeiros do Fundo na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental disponíveis ao Estado em 2004 foram de R\$ 559,88 milhões. As despesas empenhadas elegíveis para pagamento com recursos do Fundo atingiram R\$ 549,68 milhões, ou seja, 98,18% do total disponível.

TABELA 15 — APLICAÇÃO DO FUNDEF — FUNDO PARA A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR (Em R\$)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDEF	
CONTRIBUIÇÕES DO ESTADO AO FUNDO	675.622.185,40
RETORNO AO ESTADO	550.303.402,55
VALOR A SER APLICADO PELO ESTADO COM RECURSOS DO FUNDEF	559.884.037,55
VALOR APLICADO — EMPENHADO	549.676.571,77
PERCENTUAL APLICADO	98,18%
REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO (60% DO FUNDEF)	
VALOR A SER APLICADO NA REMUNERAÇÃO MAGISTÉRIO	335.930.422,53
VALOR APLICADO	301.591.959,82
PERCENTUAL APLICADO	53,87%

O Executivo utilizou R\$ 40,03 milhões do Fundef para subvenções sociais às Associações de Pais e Professores — APPs, que servem para pagamento de serventes e merendeiras. O plenário desta Corte, em 2002, ao responder consulta (Decisão nº 0856/2002) adotou entendimento de que as despesas com subvenções para instituições públicas ou privadas não constituirão despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino, ainda que vinculadas à contratação de serventes. Em 2004, na Decisão nº 0555/2004 no processo PDI-02/10379227, o Tribunal Pleno fixou prazo à Secretaria de Estado da Fazenda para a regularização do pagamento de serventes e merendeiras por meio de subvenções sociais às APP's e que, enquanto não houver a regularização, deve-se excluir tais gastos como custos de manutenção e desenvolvimento do ensino. Em princípio, as atividades seriam compatíveis com a manutenção do ensino e, portanto, passíveis de pagamento com recursos do Fundef. No entanto, não se tem admitido a modalidade de subvenção social, por não estar em consonância com a Lei 4.320/64. De toda forma, devem ser realizados estudos para se buscar a melhor forma de utilização dos recursos do Fundef para custeio dos serviços de merendeiras e serventes hoje executadas pelas APP's. Em relação ao Fundef também não posso deixar de referir à determinação constitucional para destinação de pelo menos 60% dos recursos do Fundo para remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício de suas atividades no ensino fundamental público. Segundo o relatório técnico, a então Secretaria de Estado da Educação e Inovação empenhou o equivalente a 53,87% dos recursos do Fundef na remuneração dos profissionais do magistério, montante inferior ao mínimo de 60% exigido pela Constituição. Nas contra-razões, o Poder Executivo argumenta que o valor empenhado traduz o que foi gasto com os professores, ressaltando que foram contratados professores efetivos em substituição aos ACT's, mas o aumento das remunerações para absorver pelo menos 60% das receitas do Fundef deve ser feito considerando critérios que não provoquem efeitos colaterais isonômicos nos demais segmentos educacionais patrocinados pelo Estado. Existem diversos mecanismos para o incremento da remuneração dos professores do magistério do ensino fundamental, de modo que é possível o cumprimento do mandamento constitucional. Cabe aduzir que sendo percentual de 60% do Fundo o mínimo a ser aplicado, é viável a programação para atendimento da norma legal. Também considerando que se trata de

ditame da Constituição o não cumprimento integral deve merecer ressalva na apreciação das contas. **2.10.4. Ensino superior** — Também oportuno comentar sobre a aplicação no ensino superior, em razão da específica determinação do art. 170 da Constituição Estadual, regulamentada pela Lei Complementar nº 180/99, estabelecendo a destinação de pelo menos 5% da base de cálculo de aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino para concessão de bolsas de estudo e bolsas de pesquisa para o pagamento de mensalidades dos alunos economicamente carentes e para crédito educativo. O Estado deveria destinar às Fundações Educacionais, em 2004, pelo menos R\$ 60,58 milhões. As demonstrações contábeis mostram que houve empenho de R\$ 20,42 milhões para Concessão de Bolsas de Estudo e Pesquisa a Alunos do Ensino Superior, distribuídos às fundações educacionais instituídas por leis municipais. Na parte relativa à Concessão de Crédito Educativo não houve aplicação de recursos. Então, houve aplicação de 1,69%, um terço dos 5% exigidos.

TABELA 16 — APLICAÇÃO NA MANUTENÇÃO DO ENSINO SUPERIOR (ART. 170 CE, LC 180/99) E SALÁRIO-EDUCAÇÃO (ART. 212, § 5º, CF)

ESPECIFICAÇÃO	VALOR (Em R\$)
ENSINO SUPERIOR (Art. 170 CE, LC 180/99)	
25% DO TOTAL RECEITAS DE IMPOSTOS (BASE DE CÁLCULO)	1.211.514.557,23
VALOR A SER APLICADO (5% DOS 25% DA EDUCAÇÃO)	60.575.727,86
VALOR APLICADO — EMPENHADO	20.416.824,53
PERCENTUAL APLICADO	1,69%
SALÁRIO-EDUCAÇÃO (ART. 212, § 5º, CF)	
RECEITA NO EXERCÍCIO (PARA APLICAÇÃO ENSINO FUNDAMENTAL PÚBLICO)	64.441.276,51
APLICAÇÕES (EMPENHADO)	49.260.832,85
PERCENTUAL APLICADO	53,87%

**2.10.5. Recursos do salário-educação** — No exercício de 2004 o Estado recebeu R\$ 64,44 milhões (incluindo receitas financeiras) do Salário-Educação, empenhando R\$ 49,26 milhões. Considerando que esses recursos só podem ser aplicados no ensino fundamental, o saldo de R\$ 15,18 milhões também deve ter essa finalidade, embora não possam ser considerados para os fins da aplicação do mínimo de 25% no ensino, conforme § 5º do art. 212 da Constituição Federal. **2.11. Empresas estatais** — Quanto às empresas estatais, os resultados das operações foram positivos para a CELESC, BADESC, CASAN e SCGÁS. A CELESC obteve lucro de R\$ 200 milhões, a CASAN apresentou lucro de 20,6 milhões, o BADESC lucro de R\$ 12,67 milhões e a SCGÁS registrou lucro de R\$ 47,67 milhões. A CODESC também apresentou lucro de R\$ 2,45 milhões. As demais empresas geraram prejuízos. Todavia, muitas delas são empresas deficitárias em razão da natureza de suas atividades, como a EPAGRI, CIDASC e SANTUR, que dependem de recursos do Tesouro.

TABELA 17 — RESULTADO DAS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA DO ESTADO —  
EXERCÍCIO DE 2004

EMPRESAS	LUCRO/PREJUÍZO (Em R\$)
CELESC	200.969.000,00
S.C.GÁS	47.672.750,00
CASAN	20.618.000,00
BADESC	12.667.000,00
CODESC	2.448.137,00
CODISC	(319.604,67)
COHAB	(322.937,00)
CIDASC	(339.804,46)
CEASA	(506.471,47)
BESCOR	(734.181,15)
CIASC	(1.074.618,00)
REFLORESC	(2.657.849,35)
SANTUR	(3.187.940,45)
EPAGRI	(7.377.950,00)
INVESC	(160.840.878,93)

Durante o exercício de 2004 o Tesouro do Estado transferiu R\$ 221,63 milhões às empresas estatais dependentes, sendo R\$ 66,38 milhões para a CIDASC, R\$ 9,73 milhões para a COHAB, R\$ 135,89 milhões para a EPAGRI e R\$ 9,63 milhões para a SANTUR. Embora algumas empresas sejam deficitárias por conta de seus objetivos estatutários, o mesmo não poderia ocorrer com a COHAB, que vem apresentando constantes prejuízos, sem atender aos propósitos para os quais foi constituída. Para se ter noção da situação, em 2004 a COHAB teve receita operacional de R\$ 4,8 milhões, mas suas despesas operacionais e custos somaram R\$ 14,9 milhões. Para sustentar a empresa, que deveria ser auto-sustentável, o Tesouro teve que participar com quase R\$ 10 milhões, dos quais mais de R\$ 9 milhões em despesas com pessoal. Segundo consta do relatório técnico teria concluído 438 unidades habitacionais em 2004, quantidade 47% inferior a 2003. Segundo a própria empresa, o déficit habitacional do Estado beira 160.000 unidades. Outro exemplo negativo é a INVESC, que acumula enormes prejuízos desde que foi criada, e que apenas em 2004 registrou prejuízo de mais de R\$ 160 milhões. Já há passivo a descoberto de mais de R\$ 620 milhões. O projeto de parecer prévio aborda diversos outros aspectos relativos às estatais. Destaco os seguintes: a) as dívidas da CELESC para com a CELOS, que ultrapassa um bilhão de reais; b) a baixa capacidade de investimentos da CASAN, que na parte de obras houve redução de 34% em relação a 2003 e quase 80% em relação a 2002. Diversas obras de saneamento encontram-se paralisadas ou em ritmo lento; c) a dívida da CASAN para com a Fundação CASAN- FUCAS é de cerca de R\$ 115 milhões; d) a existência de 3.785 ações trabalhistas em tramitação na Justiça do Trabalho contra as empresas estatais, com provisão de R\$ 89,99 milhões para provável pagamento. Só em 2004 houve desembolso de R\$ 31,92 milhões decorrentes de condenações trabalhistas; e) a morosidade na liquidação das empresas CODISC e REFLORESC; e f) o contínuo e elevado prejuízo anual da INVESC. **2.12. Poderes e Órgãos autônomos** — Quanto aos



*Poderes e Órgãos com autonomia, o Parecer Prévio do Tribunal contém análise, de forma individualizada, de acordo com o art. 56 da Lei Complementar nº 101/00, com enfoque na respectiva gestão orçamentária, financeira e fiscal, com ênfase no cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal. Embora na conclusão do Parecer não seja emitida opinião quanto às contas deste Tribunal de Contas, há análise quanto aos aspectos relativos aos Poderes e ao Ministério Público. Nesse tópico, aqui apenas ressalto alguns aspectos relacionados à Lei de Responsabilidade Fiscal. Quanto às questões afetas ao Poder Executivo, verificou-se o cumprimento das metas fiscais de receita, resultado primário e dívida consolidada estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Mas não houve cumprimento das metas de despesa e resultado nominal. SEGUNDO O PODER EXECUTIVO O NÃO CUMPRIMENTO DA META DE RESULTADO NOMINAL, DECORRE PRINCIPALMENTE DO EXPRESSIVO SALDO DA DÍVIDA VINCULADA À LEI Nº 9.496/97 (REFINANCIAMENTO DAS DÍVIDAS DOS ESTADOS COM A UNIÃO), LIMITANDO EM 13% DA RECEITA LÍQUIDA REAL A PARCELA A SER REPASSADA PARA PAGAMENTO DA DÍVIDA. EM 2004, DIANTE DO LIMITE LEGAL, O ESTADO DEIXOU DE AMORTIZAR R\$ 342,15 MILHÕES, VALOR AGREGADO AO SALDO DA REFERIDA DÍVIDA, GERANDO, DESTA FORMA, RESULTADO NOMINAL SUPERIOR AO PREVISTO NA LDO. Quanto às Despesas com Pessoal, que a Lei de Responsabilidade Fiscal impõe limite individual por Poder e Órgão, todos realizaram despesas abaixo do limite legal, com exceção o Ministério Público, conforme já abordado. **2.13. Ressalvas e recomendações relativas ao exercício de 2003** — O Capítulo V do projeto de parecer prévio traz ampla análise quanto às manifestações e providências adotadas pelo Poder Executivo, Assembleia Legislativa, Tribunal de Justiça e Procuradoria Geral do Ministério Público Poderes e Órgãos para atendimento às ressalvas e recomendações constantes do Parecer Prévio sobre as contas do exercício de 2003. Considerando os esclarecimentos e argumentos contidos nas manifestações dos Poderes e Ministério Público, entendo que houve avanços em relação às recomendações, notando-se disposição dos órgãos para execução de ações concretas em relação à melhoria do controle interno. Outra recomendação em processo de concretização, e também em decorrência de decisões do Tribunal de Contas, diz respeito à não realização de transferências de recursos a entidades associativas de servidores a título assistencial, exceto para as entidades organizadas na forma da lei para prestação de benefícios previdenciários, e também como contribuição para assistência médica quando permitido por lei. Também notam-se avanços em relação a outras recomendações, como: a) abstenção de captação de recursos a título de antecipação de receitas de tributos ou contribuições, pois não houveram evidências de que tenha ocorrido em 2004; b) publicação de diárias concedidas, que se encontram disponibilizados em meios eletrônicos, embora o objetivo da recomendação de publicação no veículo oficial de publicações legais ainda não tenha sido atingido no Poder Legislativo e Ministério Público; c) realização de contingenciamento de despesa quando constatado que as receitas não comportarão as despesas, conforme preconizado pela Lei de Responsabilidade Fiscal, ante a verificação de que o Poder Executivo determinou pelo menos três contingenciamentos em 2004, ainda que não tenha*

logrado integral êxito, de modo a eliminar os déficits orçamentário e financeiro; e d) integral repasse dos valores devidos aos Poderes e Órgãos, cumprindo os percentuais previstos na LDO; Todavia, em relação às diversas de 2003 ainda há carência de ações mais efetivas, visando o atendimento das normas legais, contratuais e do interesse público. A recomendação para exclusão, de forma gradativa, dos inativos como despesas na manutenção e desenvolvimento do ensino, geral ou no fundamental, também não tem sido observada, pois permanecem inalterados os índices de comprometimento das despesas com inativos em relação ao total da despesa empenhada nas funções relacionadas ao ensino. Para as recomendações em relação ao equacionamento da questão da dívida ativa não houve demonstração de resultados efetivos, embora a implementação do Fundo Social possa resultar em maior nível de ingresso desses créditos. Também não houve qualquer ação efetiva em relação à realização de aporte de recursos para os contratos já firmados relativos ao Projeto Geração de Trabalho e Renda através do Reflorestamento, celebrados pelo Governo de acordo com a Lei nº 8.676/93, e Resoluções do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural. Ao contrário, nota-se desleixo para com esse importante programa para a comunidade rural que vive em pequenas propriedades. Assim, entendo pertinente reiterar algumas das recomendações formuladas em relação às contas do exercício de 2003, pela importância das matérias e para que haja permanente atenção para situações que afetam a confiabilidade das contas e o desempenho da gestão dos recursos públicos, sempre em vista à ampliação do acesso à informação e ao conhecimento e à melhoria da qualidade de vida da nossa gente catarinense. Quanto às ressalvas relativas ao Poder Executivo, não se denotam avanços, pois as situações que ensejaram as ressalvas, em maior ou menor grau, se repetiram em 2004, sendo objeto de novas ressalvas.

**2.14. Obras** — No Capítulo VI o projeto de parecer prévio traz informações resumidas sobre os principais programas e obras de infra-estrutura executadas ou em execução no exercício de 2004. Na área do Transporte, a equipe técnica deu relevo à situação da Etapa IV do Programa Rodoviário do Estado de Santa Catarina, o mais importante programa de obras do Estado em execução, parcialmente financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID e executado pelo DEINFRA. O Programa envolve pavimentação de 450 km e restauração 700 km de rodovias, contratação de serviços e aquisição de bens. As obras iniciaram em 2002 com previsão contratual de encerramento em maio de 2007. Até 31 de dezembro de 2004 os investimentos atingiram 144,26 milhões de dólares que equivalem a 435,97 milhões de reais. Esses investimentos corresponderam a 48,09% dos 300 milhões de dólares previstos, sendo US\$ 150 milhões do Estado e US\$ 150 milhões do financiamento com o BID. No exercício de 2004 foi aplicado, pelo DEINFRA, 144,72 milhões de reais, equivalentes a 47,89 milhões de dólares. Quanto à pavimentação de rodovias, dos 448,56 km contratados para execução até maio de 2007, 243 km estavam concluídos (54,17%). Na parte relativa à reabilitação/restauração de rodovias, até o final de 2004 haviam sido concluídos aproximadamente 404 km dos 496 km contratados, com quatorze rodovias reabilitadas. O Estado utilizou R\$ 37,42 milhões de recursos da CIDE em obras rodoviárias. Por meio de convênios, também transferiu R\$ 15,97 milhões aos Municípios, para pequenas obras. A área



técnica desta Corte tem apontado para as graves deficiências na execução de obras em convênios com municípios, pois a pulverização de poucos recursos a muitos municípios tem gerado a execução de melhorias em pequenos segmentos, embora seja bem maior a extensão dos problemas. O resultado de tal medida acaba por provocar prejuízos à sociedade que não dispõe do benefício de imediato e por completo, e ao próprio investimento, pois sendo executado em etapas terá ao seu final um custo mais elevado e de baixa qualidade. Além disso, nas inspeções realizadas pelo Tribunal de Contas constatou-se precária e deficiente fiscalização exercida pelos municípios sobre as obras, sem os devidos e necessários controles quanto aos aspectos técnicos envolvidos, inclusive por falta de capacitação. Isto me leva a propor uma recomendação para que se tenha maior cuidado na aplicação dos recursos públicos, adotando-se procedimentos que atendam os princípios da eficiência na gestão dos recursos. O projeto de parecer prévio mostra a situação de algumas outras obras nos setores rodoviários, de transporte aéreo e no setor marítimo (Porto de São Francisco do Sul), indicando os valores aplicados em 2004. Além disso, consta um breve panorama das principais obras de saneamento que tiveram execução em 2004 e os valores investidos pela CASAN. Nota-se investimentos insuficientes para permitir a conclusão de obras importantes de saneamento, já com grande atraso, como os sistemas de esgoto de Lages, Chapecó, Barra da Lagoa (incluindo a Lagoa da Conceição), Jurerê/Daniela e Ingleses/Santinho, em Florianópolis. O Tribunal de Contas também tem ampliado as auditorias de desempenho de caráter ambiental, integrando-se às ações de outros organismos, como o Ministério Público. Em 2004 o Tribunal realizou duas auditorias operacionais de desempenho ambiental, uma no município de Tubarão e outra em Lages, nos sistemas de tratamento de resíduos sólidos urbanos, ou seja, o lixo urbano, abordando aspectos relativos à coleta, reciclagem, destino do lixo hospitalar e implantação, operação e manutenção de aterros sanitários, além da auditoria na Estação de Tratamento Insular de Florianópolis.

**2.15. Mapa da Exclusão Social do Estado de Santa Catarina** — Também considere relevante incluir no projeto de parecer prévio algumas informações acerca do Mapa da Exclusão Social, até como forma de reconhecimento pelo cumprimento de dispositivo legal. É o que consta no Capítulo VII. O Mapa da Exclusão Social do Estado de Santa Catarina atende exigência de Lei Estadual nº 11.909, de 25 de setembro de 2001, e consiste num diagnóstico anual, regionalizado, da exclusão social no Estado, com base em indicadores sociais referentes à expectativa de vida, renda, desemprego, educação, saúde, saneamento básico, habitação, população em situação de risco nas ruas e segurança, relativos ao ano de referência da prestação de contas governamental e ao ano imediatamente anterior para fins de comparação. Os diagnósticos apresentados levam em consideração as 29 regiões em que foi dividido administrativamente o Estado de Santa Catarina, representadas pelas respectivas Secretarias de Desenvolvimento Regional. Nota-se o esforço do Poder Executivo para elaboração desse mapa, principalmente pela reconhecida carência de sistemas estatísticos que ofereçam dados e informações confiáveis e tempestivas. Por isso, a maioria dos dados se refere ao ano de 2000. Além disso, falta comparação com anos anteriores, meio para avaliar a evolução dos índices. O Mapa é relevante porque

mostra muito da realidade catarinense e de aspectos que muitas vezes passa despercebido, já que Santa Catarina é tida como Estado rico. Apenas um dado: 12,4% da nossa população possuíam renda insuficiente para garantir a seu sustento, ou seja, tem renda mensal igual ou menor que R\$ 90,00. E 32,7% da população do Estado são consideradas pessoas pobres, pois a renda per capita é inferior a R\$ 180,00. Como disse, são dados de 2000. Aqueles dados também mostravam que a média da renda per capita mensal em Santa Catarina era de R\$ 349,32. O que falar dos lamentáveis índices de esgotamento sanitário, por exemplo? Assim, há necessidade de ampliação dos esforços no sentido da apresentação de dados e informações atualizadas, mostrando também a evolução dos índices, o que reforça a necessidade de manter um sistema de acompanhamento das ações implementadas pelo Estado, e dos seus programas de governo, disponibilizando-os à sociedade. Por fim, o Capítulo VIII aborda as contra-razões apresentadas pelo Governador do Estado, por meio da Secretaria de Estado da Fazenda. Nelas, foram apresentados esclarecimentos, justificativas e argumentos do Poder Executivo em relação às propostas iniciais de ressalvas e recomendações. As contra-razões foram apreciadas pela área técnica e por este Relator. Também foram consideradas ao longo deste relatório. Diante dos esclarecimentos, algumas recomendações mereceram revisão. No entanto, quanto às ressalvas e as demais recomendações, por se constituírem avaliação de fatos ocorridos no exercício a que se referiam as contas, em que não houve cumprimento de preceitos legais ou não houve apresentação de certas informações quando da apresentação das contas, conforme exigido pelas normas legais e regulamentares, considero relevante mantê-las. Embora não se descuide da relevância dos argumentos e justificativas do Poder Executivo para algumas restrições apontadas, como é o caso dos gastos com saúde e ensino, deve-se lembrar que foram mantidos os critérios adotados na apreciação das contas dos exercícios anteriores. **3. Conclusões** — Assim, reiterando que o conteúdo da proposta do Parecer Prévio apresenta cunho técnico, indicando os fatos ocorridos na gestão orçamentária, financeira, patrimonial e fiscal, o cumprimento de preceitos constitucionais e normas legais e a análise das metas fiscais, o parecer traz um retrato geral da gestão pública estadual no exercício de 2004, com fundamento na legislação vigente e considerando o Balanço Patrimonial e suas peças anexas: os relatórios de gestão fiscal e as ações de controle externo (análise de processos, inspeções e auditorias) realizados pelo Tribunal de Contas. Considerando o trabalho realizado pelos órgãos técnicos desta Corte, representado no Relatório Técnico, e da assessoria do gabinete deste Conselheiro, que culminou na proposta de parecer prévio, que demonstram o resultado da apreciação geral e fundamentada da gestão orçamentária, patrimonial e financeira havida no exercício evidenciou que o Balanço Geral do Estado, na avaliação deste Relator, o Balanço Geral, com algumas ressalvas, representa adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial do Estado, em 31 de dezembro de 2004, bem como, no geral, demonstra que as operações contábeis estão de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade aplicados à Administração Pública Estadual. De forma genérica, as contas obedeceram aos ditames da legislação aplicável. Porém, deixou de atender à Lei Complementar nº 101/00, a Lei Complementar

Estadual nº 202/00 (Lei Orgânica do Tribunal) e o Regimento Interno desta Corte ao não apresentar com as contas, o relatório do órgão central do sistema de controle interno, as providências adotadas no âmbito da fiscalização das receitas e para combate à sonegação, as ações de recuperação de créditos nas instâncias administrativa e judicial, e as demais medidas para incremento das receitas tributárias e de contribuições, além das informações sobre a execução de cada um dos programas incluídos no orçamento anual, com indicação das metas físicas e financeiras previstas e das executadas e as observações concernentes à situação da administração financeira estadual. Tais informações são relevantes para melhor análise do desempenho da Administração Pública estadual, em especial sobre o cumprimento dos programas previstos na lei orçamentária anual, sua consonância com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, o alcance de metas e o reflexo da administração financeira e orçamentária estadual no desenvolvimento econômico e social do Estado, prejudicando, inclusive, a manifestação deste Tribunal, no Parecer Prévio, sobre as medidas de administração fiscal adotadas no âmbito da Administração Pública estadual em atendimento ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal. Quanto ao aspecto da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e fiscal relativas ao exercício de 2004, relacionada ao cumprimento de mandamentos constitucionais e legais a respeito da aplicação de recursos nas áreas do ensino, saúde e ciência e tecnologia e cumprimento de metas de gestão fiscal, cabe destacar os seguintes aspectos, cujas desconformidades vem se repetindo ao longo dos exercícios, sendo objeto de sucessivas ressalvas e recomendações nos Pareceres Prévios desde 2000: 1) as aplicações em ações e serviços públicos de saúde não atingiram o piso percentual mínimo exigido pela Constituição Federal; 2) na área da educação, constata-se que a aplicação de recursos mínimos na manutenção de desenvolvimento do ensino e na manutenção do ensino fundamental somente foi alcançado quando se consideram os pagamentos de inativos, não tendo havido, no exercício de 2004, avanços na direção da recomendação contida no Parecer Prévio das Contas do Exercício de 2003 para adoção de medidas pelo Poder Executivo visando a exclusão gradativa das despesas com inativos dos gastos com ensino, já que não representam nem manutenção nem contribuição para o desenvolvimento do ensino; 3) não foi observada a legislação em relação à aplicação de pelo menos 60% dos recursos do FUNDEF para pagamento de profissionais do magistério; 4) permanece inalterada a situação de sucessivas aplicações de recursos na manutenção do ensino superior em valores inferiores aos previstos na Constituição Estadual; 5) a exemplo de exercícios anteriores, também não houve aplicação dos recursos mínimos em ciência e tecnologia, embora haja perspectiva de regularização da situação a partir de 2005, com a ampliação das despesas elegíveis para esse fim; 6) déficit orçamentário ajustado de R\$ 109,62 milhões, correspondendo a 1,45% da receita arrecadada; 7) déficit financeiro registrado no Balanço Geral de R\$ 165,85 milhões, mas efetivo de R\$ 275,95 milhões; 8) não cumprimento das metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2004 relativas à despesa e ao resultado nominal. Por fim, cabe lembrar que nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº 101/00, compete ao Tribunal de Contas emitir Parecer, separadamente, sobre a gestão fiscal dos Poderes Execu-

tivo, Legislativo e Judiciário e do Ministério Público Estadual. O Parecer Prévio sobre as contas do Tribunal de Contas, para efeitos do disposto no art. 56 da referida Lei, será proferido pela Comissão Mista Permanente da Assembléia Legislativa, conforme prevê o § 2º do mesmo dispositivo legal, razão pela qual, neste tópico, não há menção sobre a gestão fiscal do Tribunal de Contas, salientando que a análise do cumprimento das normas da Lei de Responsabilidade Fiscal por esta Corte encontra-se no corpo do Parecer Prévio e se destina a instruir o parecer da Comissão de Fiscalização e Controle da Assembléia Legislativa. Pelo exposto, e considerando os relatórios da área técnica, a manifestação do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, a situação geral das contas e a apreciação das contra-razões do Exmo. Sr. Governador do Estado, por meio da Secretaria de Estado da Fazenda, e revisando o relatório preliminar, proponho a seguinte Conclusão para o Parecer Prévio do Tribunal de Contas sobre as Contas do Estado do Exercício de 2004: **CONCLUSÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS SOBRE A APRECIÇÃO DAS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2004 APRESENTADAS PELO GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA** — Considerando a prestação de contas apresentada pelo Governador do Estado, consubstanciada pelo Balanço Geral do Estado e seus anexos e os relatórios do órgão central de contabilidade do Estado e do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo; Considerando o Relatório Técnico elaborado pela Diretoria de Controle da Administração Estadual, órgão de controle da estrutura organizacional do Tribunal de Contas; Considerando a manifestação do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, constante de seu Parecer MPTC nº 1.374/2005 (fls. 1780/1797 do Processo PCG-05/00895953); Considerando as contra-razões apresentadas pelo Poder Executivo por meio do Ofício da Secretaria de Estado da Fazenda SEF GABS nº 0498/2005, de 23 de maio de 2005, e sua análise pelo Corpo Técnico e pelo Relator, conforme consta do Relatório Técnico juntado ao processo, do Relatório do Relator e do Capítulo VII do Parecer Prévio; Considerando os demais esclarecimentos e documentos apresentados pelos órgãos e entidades da Administração Pública estadual, por solicitação do Tribunal de Contas; Considerando a análise de processos e as inspeções e auditorias realizadas pelo Tribunal de Contas, relativos os atos administrativos e fatos contábeis do exercício de 2004; Considerando que, nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), compete ao Tribunal de Contas emitir Parecer, separadamente, sobre a gestão fiscal dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e do Ministério Público Estadual, e que o Parecer Prévio sobre as contas do Tribunal de Contas, para efeitos do § 2º do mesmo dispositivo legal, será proferido pela Comissão Mista Permanente da Assembléia Legislativa; Considerando que, nos termos do § 1º do art. 76 do Regimento Interno do Tribunal de Contas, constituem ressalvas as observações de natureza restritiva em relação a certos fatos verificados no exame das contas, quer porque se discorda do que foi registrado, quer porque tais fatos não estão em conformidade com as normas e leis aplicáveis; Considerando que, nos termos do § 1º do art. 76 do Regimento Interno do Tribunal de Contas, recomendações são medidas sugeridas para a correção das falhas e deficiências verificadas no exame de contas; Considerando a proposta de parecer prévio formulada pelo Relator

e aprovada na sessão extraordinária do Tribunal Pleno de 09 de junho de 2005; O Tribunal de Contas do Estado assim opina: **PARECER PRÉVIO SOBRE AS CONTAS DO PODER EXECUTIVO — O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, de acordo com o disposto nos arts. 1º, inciso I, 47 e 49 da Lei Complementar Estadual nº 202, de 15 de dezembro de 2000, e, ainda, no art. 57 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, e CONSIDERANDO que o art. 59, inciso I, da Constituição do Estado, estabelece que compete ao Tribunal de Contas “apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador, às quais serão anexadas as dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas, mediante parecer prévio que levará em consideração as contas dos três últimos exercícios financeiros e que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento”; CONSIDERANDO que as Contas referentes ao exercício de 2004 foram prestadas pelo Governador do Estado de Santa Catarina dentro do prazo constitucional (art. 71, inciso IX, CE); CONSIDERANDO os Relatórios apresentados pela Diretoria de Contabilidade Geral e pela Diretoria de Auditoria Geral, da Secretaria de Estado da Fazenda; CONSIDERANDO que as Contas do Poder Executivo do Estado de Santa Catarina, constituídas dos respectivos Balanços Gerais e das demonstrações técnicas de natureza contábil, incluem, além das suas próprias, as do Poder Legislativo e do Poder Judiciário, bem como as do Ministério Público e do Tribunal de Contas do Estado, de forma consolidada, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Lei Complementar nº 101/2000; CONSIDERANDO a detalhada análise realizada pelo Corpo Técnico deste Tribunal acerca da gestão orçamentária, patrimonial e financeira havida no exercício, na qual ficou evidenciado que as peças e demonstrações contábeis integrantes das Contas Anuais do exercício de 2004, quanto à forma, no aspecto genérico, estão de acordo com os princípios e normas gerais de Direito Financeiro e de Contabilidade Pública estabelecidos na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na legislação federal e estadual vigentes, e, quanto ao conteúdo, de modo geral e até onde o exame pode ser realizado para emissão do parecer, representam adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial do Estado em 31 de dezembro de 2004, com as ressalvas contidas nesta Conclusão; CONSIDERANDO o exame do Corpo Técnico acerca da execução dos Orçamentos Fiscal e de Seguridade Social, em consonância com o Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias; CONSIDERANDO as informações complementares encaminhadas pelos Poderes e Órgãos, por solicitação deste Relator, e consideradas pelo Corpo Técnico deste Tribunal e no Relatório; CONSIDERANDO as contra-razões apresentadas pelo Poder Executivo no exercício do contraditório previsto no art. 78 do Regimento Interno do Tribunal de Contas; CONSIDERANDO que as Contas apresentadas, referentes ao exercício de 2004, de modo geral, atenderam aos princípios norteadores da Administração Pública condizentes à legalidade e à legitimidade, excetuadas as falhas e deficiências anotadas; CONSIDERANDO que as ocorrências incluídas nas ressalvas e recomendações apontadas devem ser corrigidas para que não acarretem prejuízos ao cumprimento de normas legais e dos instrumentos de planejamento e execução orçamentária, assim como, dos princípios da publicidade, da finalidade, da eficiência e da transpa-



rência da Administração Pública, em prol da sociedade catarinense; **CONSIDERANDO** a manifestação do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas constante de seu Parecer MPTC/nº 1.374/2005 (art. 108, inciso II, da Lei Complementar nº 202/2000 e art. 74 do Regimento Interno); **CONSIDERANDO** que é da competência exclusiva da Assembléia Legislativa, conforme determina o art. 40, inciso IX, da Constituição Estadual, julgar as contas prestadas anualmente pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado; e **CONSIDERANDO** que a análise técnica e Parecer Prévio deste Tribunal, sobre as Contas Anuais do exercício de 2004 prestadas pelo Chefe do Poder Executivo Estadual, não obstatam, nem condicionam o posterior julgamento pelo Tribunal de Contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores da administração direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes e Órgãos do Estado, bem como dos que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao Erário, em consonância com os arts. 58, parágrafo único, e 59, inciso II, da Constituição Estadual; **É DE PARECER** que os Balanços Gerais do Estado representam adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial em 31 de dezembro de 2004, de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade aplicados à Administração Pública Estadual, bem como o resultado das ações realizadas, estando as contas prestadas pelo Governador do Estado, Excelentíssimo Senhor Doutor LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA, relativas ao Poder Executivo, em condições de serem APROVADAS no julgamento a ser realizado pela Augusta Assembléia Legislativa, com as seguintes ressalvas e recomendações: **1. Ressalvas 1.1) Aplicação de recursos em ações e serviços públicos de saúde** — Aplicação de recursos em ações e serviços de saúde em percentual inferior ao previsto no art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, com redação da Emenda Constitucional nº 29, de 2000. **1.2) Déficit Orçamentário** — Ocorrência de déficit orçamentário contabilizado de R\$ 95,58 milhões, e ajustado de R\$ 109,62 milhões, este correspondente a 1,45% da receita arrecadada no exercício, não contribuindo para o equilíbrio das contas públicas preconizado pela Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei Federal nº 4.320/64. **1.3) Déficit financeiro** — Ocorrência de déficit financeiro contabilizado da ordem de R\$ 165,85 milhões, não contribuindo para o equilíbrio das contas públicas preconizado pela Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei Federal nº 4.320/64. **1.4) Aplicação dos recursos do FUNDEF na remuneração dos profissionais do magistério em percentual inferior ao previsto na Constituição Federal** — Aplicação de 53,87% dos recursos do FUNDEF na remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício (empenhado e liquidado), inferior ao mínimo de 60%, não atendendo o disposto no art. 60, § 5º, do ADCT/CF, com a redação da EC nº 14/96, e o art. 7º da Lei Federal nº 9.424/96. **1.5) Inscrição de Restos a Pagar no Passivo Permanente** — Cancelamento de restos a pagar processados relativos ao exercício de 2003, no valor de R\$ 110,08 milhões, e subsequente inscrição dos valores em dívida fundada, sem as características necessárias de que trata a Lei nº 4.320/64, resultando em redução de saldo da conta Restos a Pagar, com influência sobre o déficit financeiro do exercício. **1.6) Manutenção e desenvolvimento do ensino superior** — Destinação de recurso para a manutenção e desenvolvimento do

ensino superior em percentual inferior a 5% estabelecido no art. 170 da Constituição do Estado. **1.7) Não cumprimento das metas fiscais** — Não cumprimento das metas fiscais exigidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal e contidas na Lei nº 12.640/03 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) em relação ao resultado nominal e despesa total. **1.8) Realização de Despesas sem Dotação Orçamentária** — Realização de despesas sem dotação orçamentária e sem prévio empenho, em desacordo com o art. 167 da Constituição Federal e art. 60 da Lei nº 4.320/64. **2 — Recomendações — 2.1) Informações exigidas pela LRF no relatório das contas anuais** — Apresentar as contas anuais contendo relatório com as informações quanto às providências adotadas no âmbito da fiscalização das receitas e do combate à sonegação, as ações de recuperação de créditos nas instâncias administrativa e judicial e sobre as demais medidas para incremento das receitas tributárias e de contribuições, conforme exigido no art. 58 da Lei Complementar nº 101, de 05 de maio de 2000. **2.2) Informações exigidas no relatório da unidade de controle interno do Poder Executivo** — Apresentar o relatório da unidade de controle interno do Poder Executivo, integrante da prestação das contas anuais, contendo todos os elementos previstos no art. 70, II, do Regimento Interno do Tribunal de Contas, incluindo a descrição analítica da execução de cada um dos programas incluídos no orçamento anual, com indicação das metas físicas e financeiras previstas e das executadas. **2.3) Outras Despesas com Pessoal** — Promover a inclusão, como “Outras Despesas com Pessoal”, no Relatório de Gestão Fiscal, das despesas com contratos de terceirização de mão-de-obra, (serviços de terceiros) que atendam o disposto no art. 18, § 1º, da Lei Complementar nº 101/00 (caracterizam substituição de servidores e empregados públicos), adotando os parâmetros definidos no art. 39, parágrafo único, I e II, da Lei Estadual nº 12381/02. **2.4) Informações relativas ao Mapa da Exclusão Social** — Promover ações visando a obter dados e informações atualizados para elaboração do Mapa da Exclusão Social do Estado de Santa Catarina, comparando-os com os dados dos anos anteriores, conforme exige a Lei Estadual nº 11.909/01, a fim de demonstrar a evolução dos índices. **2.5) Sistema de acompanhamento dos programas de governo** — Desenvolver ações visando a implementar eficiente e integrado sistema de acompanhamento dos programas de governo, disponibilizando os resultados à sociedade. **2.6) Gestão dos depósitos judiciais** — Adotar medidas visando o controle efetivo sobre o recebimento e aplicação dos recursos dos depósitos à disposição da Justiça, de que trata Lei nº 13.186, de 02 de dezembro de 2004, promovendo a adequação contábil das receitas oriundas da Conta Única como receita orçamentária, com demonstração das despesas pagas e os beneficiários da aplicação dos recursos, além da manutenção do percentual de 20% dos valores em conta corrente bancária representativa do Fundo de Reserva previsto no Decreto nº 2.763, de 15 de dezembro de 2004. **2.7) Adotar medidas para o cumprimento da Instrução Normativa nº TC-001/2003** — Adotar medidas para o cumprimento da Instrução Normativa nº TC-001/2003 do Tribunal de Contas do Estado, promovendo a integral remessa das informações sobre as obras públicas para o sistema de Controle de Obras Públicas — SCO. **2.8) Aplicação de recursos do FUNDEF conforme LDB** — Aplicar os recursos do FUNDEF na manutenção e desenvolvimento



do ensino fundamental exclusivamente nas despesas permitidas pelo art. 70 da Lei Federal nº 9.394/96, evitando utilização desses recursos para subvenções sociais. **2.9) Aplicação dos recursos provenientes do salário-educação** — Aplicar em sua totalidade, no ensino fundamental, os recursos provenientes do salário-educação, conforme exigido pelo art. 212, § 5º, da CF, com a redação da EC nº 14/96. **2.10) Exclusão das despesas com pagamentos de inativos da base de cálculo do valor aplicado em manutenção e desenvolvimento do ensino** — Excluir, de forma gradativa, as despesas com pagamentos de inativos da base de cálculo do valor aplicado em manutenção e desenvolvimento do ensino e do ensino fundamental, por não representar contribuição para a manutenção ou para o desenvolvimento do sistema educacional, em respeito ao objetivo do art. 212 da CF. **2.11) Contingenciamento de Despesas** — Realizar o contingenciamento da despesa, quando averiguado, a cada bimestre, que as receitas não comportarão as despesas, em atendimento ao art. 9º, caput, da lei Complementar nº 101/00, em montantes suficientes ao equilíbrio das contas, de modo a eliminar déficits orçamentários e financeiros. **1.12) Aporte de recursos para o Projeto de Geração de Trabalho e Renda através do Reflorestamento** — Realizar aporte de recursos para os contratos já firmados relativos ao Projeto de Geração de Trabalho e Renda através do Reflorestamento, celebrados pelo Governo de acordo com a Lei nº 8.676, de 17 de junho de 1993, e Resoluções do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural nº 010/1999 e nº 011/2001. **1.13) Aporte de recursos da contrapartida estadual para execução dos programas financiados por organismos internacionais** Realizar o tempestivo e suficiente aporte de recursos da contrapartida estadual para execução dos programas financiados por organismos internacionais, evitando atrasos no cumprimento dos prazos previstos nos respectivos contratos e o aumento dos custos operacionais e financeiros, bem como a postergação da disponibilização das obras, serviços e equipamentos à comunidade catarinense. **1.14) Aplicação de recursos em ciência e tecnologia** — Promover ações visando a aplicação dos recursos mínimos em ciência e tecnologia previstos no art. 193 da Constituição do Estado, em especial diante da disciplina da Lei Complementar Estadual nº 284/05; **1.15) Convênios com municípios para utilização de recursos da CIDE** — Adotar mecanismos para que haja efetivo e eficaz controle técnico sobre as obras executadas pelos municípios com recursos da CIDE transferidos pelo Estado, evitando obras de baixa qualidade e reduzida vida útil, com conseqüente desperdício de recursos públicos. **PARECER PRÉVIO SOBRE AS CONTAS DO PODER LEGISLATIVO — O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**, observando o que dispõe a Constituição Estadual e de acordo com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 — Lei de Responsabilidade Fiscal; e **CONSIDERANDO** o art. 56, da LRF, que exige a apresentação de parecer prévio separado para os órgãos e poderes; **CONSIDERANDO** que a prestação de contas do Poder Legislativo, relativa ao exercício de 2004, foi apresentada e consolidada nas Contas apresentadas pelo Governador do Estado na forma do art. 59, inciso I, da Constituição Estadual, estando integrada ao Balanço Geral do Estado, e se encontra elaborada de acordo com os preceitos de Contabilidade Pública e que demonstra os resultados da Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial dos Poderes e Órgãos

do Estado; CONSIDERANDO a análise técnica realizada na referida prestação de contas, constituída de Balanços e Demonstrativos da execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social; CONSIDERANDO que o Relatório Técnico que acompanha o Parecer Prévio contém informações acerca do cumprimento das normas constitucionais e legais relativos à execução dos orçamentos do Estado, incluindo o Poder Legislativo, e a sua conformidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias; bem como sobre o cumprimento dos parâmetros e limites determinados pela LRF; e CONSIDERANDO que a análise técnica e Parecer Prévio deste Tribunal, sobre as Contas Anuais do exercício de 2004 prestadas pelo Chefe do Poder Executivo Estadual aos quais foram juntadas as Contas dos demais Poderes e Órgãos, não impedem nem condicionam o posterior julgamento pelo Tribunal de Contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores da administração direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes e Órgãos do Estado, bem como dos que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao Erário, em consonância com os arts. 58, parágrafo único e 59, inciso II, da Constituição Estadual, **É DE PARECER** que as Contas do Poder Legislativo do Estado, prestadas pelo Presidente da Assembléia Legislativa, Excelentíssimo Senhor Deputado Júlio Garcia, relativas ao exercício de 2004, da gestão do Deputado Volnei Morastoni, se encontram adequadamente instruídas com as informações necessárias e que os limites e parâmetros exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal foram atendidos, estando em condições de serem **APROVADAS** no julgamento a ser realizado pela Augusta Assembléia Legislativa. **PARECER PRÉVIO SOBRE AS CONTAS DO PODER JUDICIÁRIO — O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**, observando o que dispõe a Constituição Estadual e de acordo com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 — Lei de Responsabilidade Fiscal; e CONSIDERANDO o art. 56, da LRF, que exige a apresentação de parecer prévio separado para os órgãos e poderes; CONSIDERANDO que a prestação de contas do Poder Judiciário, relativa ao exercício de 2004, foi apresentada e consolidada nas Contas apresentadas pelo Governador do Estado de acordo com o art. 59, inciso I, da Constituição Estadual, estando integrada ao Balanço Geral do Estado, que se encontra elaborado de acordo com os preceitos de Contabilidade Pública e que demonstra os resultados da Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial dos Poderes e Órgãos do Estado; CONSIDERANDO a análise técnica realizada na referida prestação de contas, constituída de Balanços e Demonstrativos da execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social; CONSIDERANDO que o Relatório Técnico que acompanha o Parecer Prévio contém informações acerca do cumprimento das normas constitucionais e legais relativos à execução dos orçamentos do Estado, incluindo o Poder Judiciário, e a sua conformidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias; bem como sobre o cumprimento dos parâmetros e limites determinados pela LRF; e CONSIDERANDO que a análise técnica e Parecer Prévio deste Tribunal, sobre as Contas Anuais do exercício de 2004 prestadas pelo Chefe do Poder Executivo Estadual aos quais foram juntadas as Contas dos demais Poderes e Órgãos, não impedem nem condicionam o posterior julgamento pelo Tribunal de Contas dos administradores e demais responsáveis por

dinheiros, bens e valores da administração direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes e Órgãos do Estado, bem como dos que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao Erário, em consonância com os arts. 58, parágrafo único e 59, inciso II, da Constituição Estadual, **É DE PARECER** que as Contas do Poder Judiciário do Estado do exercício de 2004, prestadas pelo Presidente do Tribunal de Justiça, Excelentíssimo Senhor Desembargador Jorge Mussi, se encontram adequadamente instruídas com as informações necessárias e que os limites e parâmetros exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal foram atendidos, estando em condições de serem **APROVADAS** no julgamento a ser realizado pela Augusta Assembléia Legislativa. **PARECER PRÉVIO SOBRE AS CONTAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL — O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**, observando o que dispõe a Constituição Estadual e de acordo com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 — Lei de Responsabilidade Fiscal; e **CONSIDERANDO** o art. 56, da LRF, que exige a apresentação de parecer prévio separado para os órgãos e poderes; **CONSIDERANDO** que a prestação de contas do Ministério Público Estadual, relativa ao exercício de 2004, foi apresentada e consolidada nas Contas apresentadas pelo Governador do Estado de acordo com o art. 51, inciso I, da Constituição Estadual, estando integrada ao Balanço Geral do Estado, que se encontra elaborado de acordo com os preceitos de Contabilidade Pública e que demonstra os resultados da Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial dos Poderes e Órgãos do Estado; **CONSIDERANDO** a análise técnica realizada na referida prestação de contas, constituída de Balanços e Demonstrativos da execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social; **CONSIDERANDO** que o Relatório Técnico que acompanha o Parecer Prévio contém informações acerca do cumprimento das normas constitucionais e legais relativas à execução dos orçamentos do Estado, incluindo o Ministério Público Estadual, e a sua conformidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias; bem como sobre o cumprimento dos parâmetros e limites determinados pela LRF; e **CONSIDERANDO** que a análise técnica e Parecer Prévio deste Tribunal, sobre as Contas Anuais do exercício de 2004 prestadas pelo Chefe do Poder Executivo Estadual aos quais foram juntadas as Contas dos demais Poderes e Órgãos, não impedem nem condicionam o posterior julgamento pelo Tribunal de Contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores da administração direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes e Órgãos do Estado, bem como dos que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao Erário, em consonância com os arts. 58, parágrafo único e 59, inciso II, da Constituição Estadual, **É DE PARECER** que as Contas do Ministério Público Estadual do exercício de 2004, prestadas pelo Procurador Geral de Justiça, Excelentíssimo Senhor Procurador de Justiça Pedro Sérgio Steil, se encontra adequadamente instruída com as informações necessárias e que os limites e parâmetros exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal foram atendidos, com a ressalva contida nesta Conclusão, estão em condições de serem **APROVADAS** no julgamento a ser realizado pela Augusta Assembléia Legislativa, com as seguintes ressalva e recomendação: **Ressalva** — Despesa com pessoal acima do limite previsto no art. 20, inciso II, alínea d, da Lei Comple-

mentar nº 101/00 — Lei de Responsabilidade Fiscal. **2. Recomendação:** Adotar providências para que seja observado o art. 20, inciso II, alínea d, da LRF, quanto ao limite legal com gastos de pessoal.” Concluído pelo Sr. Relator o seu relatório, o Sr. Presidente assim se manifestou: “Antes de colocar em discussão o Relatório e Projeto de Parecer Prévio do Sr. Relator, acolhendo pedido de manifestação oral, concedo a palavra ao Sr. Secretário de Estado da Fazenda, Dr. Max Roberto Bornholdt, pelo tempo de até 60 minutos, nos termos do parágrafo único do artigo 212 do Regimento Interno deste Tribunal”. Contudo, o Sr. Relator, Conselheiro Otávio Gilson dos Santos, levantando questão de ordem, solicitou a palavra para dizer o seguinte: “Sr. Presidente, ontem tivemos a oportunidade de receber do Sr. Secretário de Estado da Fazenda, Dr. Max Roberto Bornholdt, um documento intitulado de Memorial. Na oportunidade, conversava com o Sr. Secretário e disse a ele que daríamos uma posição a respeito desse documento, ou após a sua manifestação, que, por certo, vai se reportar a esse documento, ou poderia fazê-lo agora, mas entendo que é mais coerente de nossa parte nos manifestarmos após a fala de S. Exa., até porque a manifestação inicial que lhe fiz no gabinete da Presidência, de seu conhecimento, pode implicar que apresente argumentos que enseje a este Conselheiro alterar ou ratificar, o que no dia de ontem lhe comuniquei”. Em seguida, usou a palavra o Sr. Secretário de Estado da Fazenda, Dr. Max Roberto Bornholdt, que assim se manifestou: “Em primeiro lugar, é com muita satisfação que a gente recebe essa recomendação do Tribunal de Contas, do Sr. Relator, de aprovação das contas do exercício de 2004 do Governo do Estado de Santa Catarina. Quero ressaltar que já em 2003 estivemos nesta Casa apresentando o processo de Prestação de Contas e procedendo à defesa das contas do Governo do Estado. Posteriormente, tivemos a oportunidade de, apreciando o Relatório do então Relator, Conselheiro Moacir Bertoli, seguir a maior parte das recomendações propostas por aquele Relatório. Mas, como os senhores sabem, a situação orçamentária e financeira dos Estados de um modo geral é muito difícil. Temos uma série de metas a cumprir, uma série de vinculações que nos impedem de tomar aquelas ações que permitiriam ao Estado maior investimento nas áreas social, segurança pública, saúde e educação. Em face disso, já em 2003, os Estados tentaram, junto à União e ao Congresso Nacional, que fosse aprovada uma Emenda Constitucional que permitisse, também aos Estados a desvinculação de receitas estaduais. Infelizmente, naquela oportunidade, foi aprovada a desvinculação das receitas da União, mais essa PEC, que discutia a desvinculação das receitas estaduais, não foi aprovada, e isso, sem dúvida, acaba nos prejudicando. Tentamos também, ao longo desses quase dois anos e meio do governo Luiz Henrique, diversas ações junto ao governo federal e, lamentavelmente, o nosso sucesso foi muito pequeno, nesse ponto. Se parte dos recursos federais que o Estado de Santa Catarina compartilha, como a maioria dos Estados, tivesse sido desvinculado, poderíamos estar em uma situação bem melhor. No entanto, como desde o primeiro ano do governo Luiz Henrique já tínhamos uma visão da dificuldade de se conseguir a desvinculação desses recursos federais, até porque a União tem também os seus compromissos assumidos, tem também as suas responsabilidades, em função disto procuramos, a partir do primeiro ano, e notadamente a partir do início de 2004, ações diretas

que nos permitissem dar uma resposta aos anseios da sociedade catarinense e também às recomendações feitas pelos Órgãos como o Tribunal de Contas. Então, gostaria de fazer uma exposição, antes de entrarmos na defesa de alguns pontos que foram objeto de ressalvas, do que o Governador do Estado vem fazendo especificamente ao longo do ano de 2004, com vistas a possibilitar um equilíbrio orçamentário e fiscal. Em 2004, o Governador Luiz Henrique, através de Decreto, institui o Grupo Gestor de Governo, que é formado pelo Governador do Estado, que o preside, pelo Vice-Governador e pelos Secretários da Fazenda, Administração e Planejamento. A razão principal da instituição desse grupo gestor de governo foi de resolver os dois principais problemas do Estado de Santa Catarina, que são, que eram e continuam sendo, a Equação Financeira do Estado e a Gestão e o Planejamento do Estado. Então, neste grupo gestor foi criada uma Junta Financeira, com vistas à redução de despesas, foi criado um Grupo da Descentralização, objetivando ao fortalecimento da descentralização onde é possível a descentralização, um Grupo de Obras para a potencialização de recursos, um grupo de Receita para o incremento de Receita, um Grupo de Inteligência Política, para a articulação política entre as próprias Secretarias do Governo, com outros órgãos de Governo e outros Poderes, e um Grupo Social, com vistas à potencialização de recursos. Para a equação financeira foram encontrados os seguintes problemas: Vinculações constitucionais crescentes, dívida extra-limite — de 13% para aproximadamente 15% da receita, cultura de orçamento muito deslocado da real disponibilidade financeira e a cultura de restos a pagar. Isto resulta numa sobra de recursos da fonte 00 de aproximadamente de 3,6% para custeio e investimento e numa necessidade de grande austeridade no controle e forte planejamento. Já a Gestão e Planejamento do Estado aponta uma necessidade que conseguimos em grande parte implementar, já no ano passado, dos programas de Profissionalização da Gestão Estadual, Cumprimento do Plano de Governo (Plano 15), Respeito à LRF, Adequação à realidade financeira e quebra dos paradigmas culturais, com o contingenciamento rigoroso do orçamento e um planejamento de prioridades dentro das cotas orçamentário-financeiras disponíveis. Da destinação mensal da Receita Líquida disponível (RLD) — Do total da receita são destacados 17% para os Poderes, 13% para a dívida pública, 25% para a educação, 12% para a saúde, 2,6% para o Imposto de Renda Retido na Fonte e 26,8% para Folha de Pagamentos, resultando num líquido para custeio e investimento de 3,6%. Despesas: Poderes, 76,50 milhões; Dívida Pública, 58,50 milhões; Educação, 112,50 milhões; Saúde, 54 milhões; IRRF, 11,70 milhões; Folha, 120,60 milhões, com um total de 433,80 milhões. Líquido para custeio e Investimento de 16,20 milhões. Temos uma amostragem da arrecadação e da dificuldade que temos de obtenção de recursos da União, por exemplo. Acompanhamento da arrecadação (2003x2004) — as transferências da União, se compararmos com 2002, em que tivemos transferências para o Estado de R\$ 1.052.614.489,00, com 2003, quando tivemos transferências de R\$ 937.411.295,00, resulta numa diferença de R\$ 115.000.000,00 aproximadamente, e depois passou para 118 milhões, menos 13 milhões em 2004. Então, tivemos uma diminuição de receita nas transferências da União de 243 milhões, nesses dois anos. Mesmo assim, a partir de abril conseguimos uma redução de Restos a Pagar, a busca



do cumprimento do Programa de Ajuste Fiscal, a redução do Passivo Financeiro — dívidas de curto prazo, a busca da pontualidade no pagamento dos credores do Estado — com conseqüente redução do custo Estado, a busca do cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal e grandes investimentos no Estado. Poderíamos ter feito mais investimentos caso tivéssemos mais recursos de transferência da União. Mesmo assim, conseguimos bons resultados, comparando com 2002, em que o Estado fez investimentos de 271,36 milhões, em 2003 os investimentos foram de 511,70 milhões, e, em 2004 de 501,54 milhões. Evolução dos números do Estado — Percentuais da Saúde — Em 2000, o percentual exigido era de 7,16%; 2001 aumentou para 8,13%; 2002 para 9,10%; 2003 para 10,7%, e 2004 para 12,00%. Em 2001, pelo mesmo critério que estamos adotando hoje, o Estado atingiu 7,58%; em 2002, 8,31%; em 2003, 10,72%; e em 2004, 14,53%. Em 2003 e 2004, pelo nosso modo de calcular, atingiu o percentual exigido, tanto na saúde como na educação. Na educação, o percentual, desde o início, foi de 25% da receita base de cálculo, o que torna mais fácil o seu cumprimento, porque já vinha nos 25%, o que é bem diferente da saúde, onde de 7% foi para 12% da receita, em que tivemos um aumento de 250 milhões para cumprir o limite mínimo constitucional. Na educação, foram incluídas as despesas com inativos, o que implica em discussão que iremos ter que fazer tecnicamente. Se tirarmos os inativos, o Estado dificilmente vai conseguir cumprir o limite constitucional, mas, apesar das recomendações, vem sendo aceito pelo Tribunal. A gente vem aplicando dessa forma, até acima do limite constitucional. Evolução da Dívida Fundada — É um outro problema que o Estado vem enfrentando, onde tínhamos, em 31/12/1998, uma dívida de 4.330 bilhões e que foi evoluindo até 31.12.02 para 8.729 bilhões. De lá até 31 de dezembro de 2004 a nossa dívida evoluiu para 9.886 bilhões. Ela acaba penalizando muito o Estado, temos uma legislação pela qual o Tesouro Nacional tem como exigir este pagamento mensal. Pagamos cerca de 800 milhões no ano passado, mas a dívida aumentou. Outra questão que também influi negativamente, tanto para a Fazenda do Estado como para as empresas exportadoras de Santa Catarina, é a questão do ressarcimento das exportações. Nos últimos anos, particularmente de 1997 para cá, temos uma situação de incentivo às exportações, no entanto, um Estado como o nosso, que é eminentemente exportador e que tem um saldo de exportação equiparado ao de São Paulo. O Estado de São Paulo entre junho de 2003 e junho de 2004, que é quando é feito este cálculo de importações e exportações, tinha 30 bilhões de dólares de exportações e de importações 27 bilhões, que resultava num saldo de aproximadamente de 3 bilhões de dólares, com o detalhe que esses 27 bilhões de dólares de importações são tributados, trazem receitas para o Estado. No caso de Santa Catarina, nós tivemos, nesse mesmo período, uma exportação de 4,800 bilhões, aproximadamente, e tivemos uma importação de cerca de um bilhão e meio, o que resulta num saldo igual ao de São Paulo, que é o que contribui para aumentar as divisas do País, mas que, no entanto, nos trazem um imposto apenas sobre aquele um bilhão e meio de importações. Daí, porque a criação, no ano passado, do Programa COMPEX, que visa fazer com que Santa Catarina tenha benefícios fiscais, pelo menos o equivalente ao de outros Estados, como, por exemplo, o Espírito Santo, para que tenhamos importações por aqui também, e que possam, de

*um lado, diminuir a nossa dívida com os exportadores, empresas exportadoras, e por outro lado, aumentar nossa receita. Sobre esse total de exportações de Santa Catarina, a nossa equipe técnica da Secretaria da Fazenda procedeu a um estudo que já levamos ao Ministério da Fazenda, onde demonstramos o nosso prejuízo com as exportações em 2003, onde tivemos uma diminuição de receita de cerca de 352 milhões e, em 2004, de 547 milhões. Se estivesse prevalecendo o sistema de tributação de 97, antes da Lei Kandir, essas exportações estariam gerando para nós imposto nesse montante. Até 2001, a União fez uma transferência equivalente a cerca de 50% daquilo que seria devido pelas exportações para os Estados. Se este percentual fosse aplicado em 2003 e 2002, teríamos um pagamento, em vez dos 127 milhões num ano e 143 milhões no outro, de aproximadamente 200 milhões em 2003 e 250 milhões em 2004. Existem estudos por parte da União, para alterar essa situação, mas acredito que este ano não se chegue a uma conclusão, mas talvez tenhamos um resultado mediante um grande entendimento, entre não só a classe política, mas a classe empresarial e também o Congresso Nacional. Outro fator que prejudica terrivelmente as finanças dos Estados, que é a questão da concentração de todas as receitas, não compartilhadas, na mão da União Federal, que incentiva unicamente o aumento das contribuições PIS, COFINS e contribuição social. O ICMS total do Brasil aumentou de 59,6 bilhões para 135,5 bilhões. Se o IPI aumentasse na mesma proporção do ICMS, teríamos um valor muito mais acentuado, no entanto o valor foi de apenas 23,5 bilhões. Então, são ações que vêm prejudicando sistematicamente não só os Municípios, mas os Estados. Lembro da divisão do bolo tributário, que em 1988 era de 50% para a União e o saldo para Estados e Municípios. Hoje a União já tem cerca de 65%, os Estados 22% e os Municípios com o saldo de 13% restante. A questão da arrecadação da COFINS que aumentou, no período de 1999 para 2004, de 32 bilhões para 79,2 bilhões, e essa é uma arrecadação exclusiva da União, ela não é compartilhada. A CPMF, da mesma forma, que passou de 8 bilhões para 23 bilhões, enquanto que o IPI, que é compartilhado, aumentou apenas para 23,5 bilhões. Dentro dessa situação apresentada para os Senhores, da equação financeira e da gestão, temos aqui as medidas de gestão que foram adotadas, a partir do ano passado, com a profissionalização da equipe do Estado, com a criação do comitê gestor e onde estamos implementando essas ações de planejamento do órgão, definição das prioridades para 2005 e o Plano de Governo realizado e a realizar, levando em consideração o orçamento disponível, para que haja uma adequação. Os Senhores sabem que em 2003 tivemos um déficit orçamentário grande, já conseguimos diminuir em 2004. Estamos tentando fazer com que haja uma igualdade entre o orçamento previsto e o efetivamente realizado. Então, o orçamento disponível e os recursos financeiros estimados por fontes de recursos, que antes era feito de um modo global e agora é feito por fontes de recursos. Visamos também nesta programação orçamentária e financeira ao programa de Ajuste Fiscal e às cotas orçamentárias (empenhos bloqueados), ou seja, não há mais aquele empenho global no início do exercício, existe apenas o empenho daquilo que vamos ter disponibilidade orçamentária e financeira para realizar. Isto já está ocorrendo em 2005, ressaltando a questão das cotas financeiras, o casamento do orçamento com o financeiro*



para andarem juntos. Ainda dentro dessa programação orçamentária e financeira de 2004 e 2005, temos a definição do planejamento detalhado do Estado para 2005, garantindo o plano de governo, que foi apresentado pelo Governador Luiz Henrique, negociando as prioridades com o Governador e Secretário sistêmicos, que são os da Administração, Planejamento e Fazenda, levantando também as necessidades de aporte de capital no Estado para viabilizar as ações prioritárias, avalizadas e definidas pelo Governador. Garantir o orçamento e o financeiro para ações prioritárias. O objetivo 2 da gestão do Estado. O instrumento de gestão para o Governador, que é o PDCA — Metas (prioridades), Execução, Avaliação e Cobrança e Ajustes, ou seja, é instrumento de planejamento financeiro para órgãos (fluxo de caixa), um instrumento para disciplinar o repasse financeiro aos órgãos, adequando o Estado ao Programa de Ajuste Fiscal e tendo uma ação firme na transparência fiscal e na transparência de um modo geral da nossa gestão, para que os órgãos interessados tenham, já no início do ano, a certeza, isto possivelmente vai ocorrer na sua plenitude no ano de 2005 e 2006. Talvez tenhamos pequenos ajustes ainda. É um plano, que estamos demonstrando aqui para os senhores, que já foi aplicado em 2004, mas levará alguns anos até ser totalmente implementado. No entanto, já nos dá a garantia de maior controle, como já vimos nesse ano, pela publicação do nosso balanço do primeiro quadrimestre, onde atingimos um superávit. Então, Santa Catarina, hoje, está longe de uma situação ideal, mas já existe o equilíbrio orçamentário e financeiro desde o final de 2004 para cá. Acompanhamento da Arrecadação — Na arrecadação das receitas próprias temos um número que em 2002 era de 5.951 milhões, em valores constantes, para 5.928 milhões em 2003, onde tivemos que fazer um grande esforço para atingir a arrecadação de 2002, e só conseguimos, praticamente, igualar esses números, porque em 2003 foi implantado o projeto Revigorar, que nos proporcionou uma arrecadação suplementar de 150 milhões aproximadamente. Em 2004 conseguimos ter uma receita própria de 5.975 milhões, também próximo de 2003, número que deverá ser superado, e muito, pelos números de 2005, pelo resultado dos primeiros cinco meses desse ano e pela setorização da fiscalização que nós implementamos, o que dever resultar num aumento de arrecadação desse ano além da inflação, de cerca de 350, 400 milhões, aproximadamente. Temos a previsão orçamentária conservadora, para 2005, de 5.500 milhões, com variação de 6,41%, enquanto a projeção da nossa Diretoria de Administração Tributária prevê 5.876 milhões de ICMS, mais 3,81 milhões de IPVA, o que equivale a uma diferença de aproximadamente de 380 milhões sobre o ano anterior, além da inflação. Esses números, no fim do ano passado, quando nós apresentávamos, pouca gente acreditava que pudéssemos atingir esses números que a DIAT estava nos oferecendo como possíveis com a setorização da fiscalização, ou seja, deixando de fazer aquela fiscalização, sem um critério. Hoje, se faz a fiscalização determinada pelo planejamento da Fazenda. Nós só iremos fazer uma fiscalização aleatória se existirem indícios muito grandes de sonegação, senão faremos nos setores que mais interessam para a Fazenda. É claro que quando há uma denúncia específica o fiscal está autorizado para fazer aquela notificação. Mas o que nos interessa é que ele traga resultados para o Estado. Nos primeiros 5 meses desse ano nós já atingimos um excesso de arrecadação extra-contábil,

*ainda, de cerca de 157 milhões, além do Fundo Social, considerando que os recursos deste Fundo serão aplicados para ações sociais, exatamente essas ações que nos interessa. As ações empreendidas a partir de 2003, aliás, quero ressaltar que uma das recomendações do Parecer Prévio dizia respeito aos relatórios da Procuradoria Geral do Estado, a respeito da Dívida Ativa e outra da DIAT, cujas justificativas já foram apresentadas, e as encaminhei ao Presidente para serem juntadas ao Processo e talvez possam ser analisadas pelo Tribunal de Contas, posteriormente, ou na própria Assembleia Legislativa. Uma das medidas que estão sendo implementadas, talvez a mais importante, é a nota fiscal digital, que dever ser, pela proposta feita na COTEP, em Brasília, o modelo de nota fiscal digital que vamos adotar em Santa Catarina, e deve ser seguido pela maioria dos Estados do Brasil. O modelo vai ser o de Santa Catarina. Esta nota fiscal digital foi licitada no dia 2 de maio e, para uma previsão de cerca de 3 milhões. A licitação foi feita através do pregão eletrônico e a vencedora, para a nossa alegria, foi uma empresa de Santa Catarina, de Lages, e que venceu pelo preço de 800 mil reais. Ela deve entregar isto em 90 dias, a partir da assinatura do contrato. Esta nota fiscal digital será aplicada, no primeiro momento, só para combustíveis, lubrificantes e para o fumo. Então vamos alterar nossa legislação de modo tal que as empresas que queiram vender para Santa Catarina tenham que se adaptar a esta nota fiscal digital. Isto tem o aval do Sindicato das Empresas de Combustíveis, das grandes bandeiras e da PETROBRAS, que é uma das maiores interessadas em que se implante esse sistema, a fim de diminuir a sonegação num setor responsável por cerca de 23% do total de arrecadação do ICMS. Na fiscalização de mercadorias em trânsito, foram realizadas diversas ações tais como: desenvolvimento de atividades conjuntas com o Comitê de Qualidade de Combustíveis — CSQC, com o intuito de evitar a entrada de produtos adulterados em SC; Atividades de controle das entradas de mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária; Cobrança antecipada do diferencial de alíquota de mercadorias oriundas de outros Estados e destinadas ao comércio atacadista em SC. Arrecadação e Crédito Tributário — Assinado contrato entre a SEF e o Banco do Brasil em junho de 2004, através do qual esta instituição financeira poderá efetuar cobrança da dívida ativa estadual, antes do ajuizamento pela Procuradoria-Geral do Estado — a competência continua com a PGE, mas a lei estadual nos autorizou a fazer uma cobrança racional. Hoje se cobra praticamente nada de dívida ativa, naquele lapso de tempo entre o término do processo administrativo e o início da ação judicial; Abertura de licitação pública para contratação do **call center** visando à implantação de uma central de cobrança, cujo objetivo maior é a recuperação de créditos fiscais, declarados ou notificados. Essas são as ações principais, no âmbito da melhoria da cobrança da nossa Dívida Ativa e da dívida tributária ainda não constituída em Dívida Ativa. Estamos em estudos com a Procuradoria-Geral do Estado, para que esta empresa, vencedora da licitação, possa atuar junto à PGE, para dar suporte aos nossos Procuradores, na busca de mais recursos para o Estado. Saneamento do cadastro Tributário — Providências adotadas: Edital cancelando 5.700 empresas com inscrição estadual suspensa; Remessa de avisos para 30.000 empresas com GIA zerada, para cancelamento no início de 2005; Adaptações ao RICMS/SC*

permitindo suspensão motivada por 12 meses, reativação de inscrição estadual cancelada ou baixada, e adequação da legislação para recepcionar a DIME. O nosso sistema de administração tributária (SAT) é um projeto que ficou iniciado há cerca de seis anos, é o denominado projeto PENAF, que dá suporte a essa modernização da Fazenda e que previa, a custo total de 17 milhões de dólares, diversas ações na área fazendária, com destaque ao SAT, onde havia alguns módulos instalados e que agora completamos. Existem 11 Módulos ao todo, sendo 3 como referência nacional: AIDF — Autorização de Impressão de Documentos Fiscais; ECF — Emissão de Cupom Fiscal; Conta Corrente. A implantação de dois novos módulos em 2004; Arrecadação Bancária: DARE, permitindo o credenciamento de outros bancos para o recolhimento de tributos Estaduais; Controle de Empresas Informatizadas — CEI: ECF e AUPD. Início do programa piloto para cadastramento de produtores rurais nos municípios de Antônio Carlos e Florianópolis. Inclusão dos programas informáticos dos módulos DIME, GIA-ST, ITCMD e Conta-Corrente, lançados em 15 de março de 2005. Quanto ao documento de arrecadação de receitas estaduais, foram feitas as seguintes ações: Disponibilizado em junho/2004 através do Módulo de Arrecadação Bancária (MAB/S@AT); Qualidade das informações encaminhadas pelos agentes arrecadadores, extinguindo o preenchimento manual; Código de barras no padrão FEBRABAN, ampliando o número de bancos que arrecadam tributos Estaduais. Acesso às informações sobre a arrecadação diária através da internet. Facilidade, agilidade e segurança na operação e na geração de relatórios e estatísticas sobre a arrecadação do Estado. Troca de informações — Sintegra: Ações: Transferência do fluxo de informações da internet para a RIS — Rede Intranet Sintegra, criada especialmente para este fim; Disponibilização na base de dados da SEF de mais 150 milhões de documentos fiscais, totalizando 250 milhões de documentos, em dezembro de 2004; Objetivando reduzir o número de “omissão na entrega” de arquivos do SINTEGRA, foi realizada a “Operação Conscientização”, que conseguiu reduzir o número de omissos de 172 mil para 6 mil ocorrências, com 3 mil notificações já emitidas. Programa de Educação Fiscal: Ações: Reestruturação do Programa; Inserção de novos profissionais e capacitação através de cursos **on-line**, presenciais e seminários; Participação como membro efetivo do grupo de Monitoramento do Planejamento Estratégico junto às GEREJs e GEREIs; Revisão, acompanhamento e previsão de recursos para publicação dos cadernos pedagógicos; Criação do **site** do programa, nova logomarca, **folder** e vídeo institucionais para divulgação do PEF. Setor Empresarial Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte — Ações: Aumento de 50% do limite de faturamento anual (de R\$ 1.200.000,00 para R\$ 1.800.000,00), gerando o benefício de enquadramento no SIMPLES estadual; Mudança no “foco” de ação do Fisco estadual, que passou a atuar em regime orientador preventivo ao fiscalista-punitivo anteriormente adotado; Maior aderência das ME e EPP aos regimes tributários estaduais. Alguns benefícios fiscais que foram concedidos: Na indústria da Pesca — redução da alíquota do ICMS de 7% para 1,8%; No setor de bares e restaurantes — redução da alíquota do ICMS de 11,8% para entre 2% e 3,2%; (tivemos um aumento da arrecadação); no Gás Natural (industrial) — redução para 12%, mesma alíquota do Óleo Diesel; e Benefícios Fis-

cais — conjunto de medidas resultando em redução da carga tributária incidente: Indústria Naval, Informática e Laticínios, tudo dentro do que a legislação nos permite, do que nos permite o CONFAS, atendendo ao disposto na Lei Estadual, que nos permite dar um benefício equivalente àquele que outro Estado dá, a fim de que Santa Catarina não tenha perda de receitas. E, por último, o Incentivo à Importação (Pelos Portos e Aeroportos do Estado) — crédito presumido e COMPEX. Para continuação dos trabalhos de profissionalização da Gestão, a Secretaria da Fazenda do Estado lançou mão de novos projetos: 1) FUNDO SOCIAL — é um dos projetos que resultou, nesses primeiros três meses de funcionamento, numa receita de aproximadamente 25 milhões de reais. São investimentos livres porque a previsão da destinação aos municípios já existia no art. 14 da Lei do Fundo Social, houve uma modificação pelo Tribunal de Justiça em virtude de uma ação judicial, que havia sido proposta, a questão para o Estado já está pacificada, o contribuinte hoje já tem a certeza de que o Fundo Social é constitucional e resulta numa aplicação de investimento muito boa para o Estado e que deve aumentar significativamente, ao longo dos próximos meses. Nós temos aí três ou quatro fontes de recursos, sendo de destacar, principalmente, aquela que permite ao contribuinte abater 5% do seu saldo devedor em conta gráfica para a aplicação no Programa Fundo Social. O outro, cujo prazo de opção vai terminar agora em final de junho e que permite ao contribuinte fazer a transação, quando já são débitos inscritos em dívida ativa ou que estejam em litígio administrativo ou judicial. 2) O Acordo de Resultados é um projeto que o Governador enviou à Assembleia e, se for aprovado nos moldes que foi remetido, permite que o Conselho de Política Financeira celebre acordos com diversas Secretarias, onde o Estado pode conseguir uma produtividade melhor para os seus servidores, fazendo com que estes recebam um adicional de produtividade a cada 3 meses, e que resulta em um significativo resultado no trabalho desempenhado pelos mesmos. Esse é um projeto que copiamos da Bahia, onde já foi implantado, e de Minas Gerais. Esse projeto em Minas Gerais resultou, no ano de 2004, num acréscimo de arrecadação de 1 bilhão e 300 milhões de reais. Ele se aplica nos moldes que foi feito em Minas e nos moldes que estamos propondo à Assembleia, num incentivo aos servidores em atividade. Se formos pensar em termos proporcionais a Minas Gerais, nós poderemos ter aqui, pelo menos, 50% do incremento de arrecadação que houve lá em Minas Gerais. Esse programa beneficia o servidor, tanto pelo aumento da arrecadação, como pela diminuição do custeio, e a característica dele, como aplicado lá em Minas, é que não beneficia o servidor fazendário, que vai aplicar uma multa, ele só beneficia pelo aumento de arrecadação. Ninguém vai receber nenhum incentivo, nenhuma produtividade, por ter aplicado uma multa. Agora, irá receber um incentivo pelo resultado da arrecadação, independentemente de ter ou não notificado o contribuinte. 3) Fundo Pró-Emprego: a Assembleia já aprovou e o Governador Luiz Henrique pretende implementar até o final do ano, com recursos significativos para pequenas empresas que tenham muitas dificuldades de obter créditos. Existe um acordo com BESC, BADESC, que está em fase final de implantação. Estas são basicamente as ações que o governo começou a adotar a partir de 2004 e que resultaram nesses números, que se não são números que atendem

perfeitamente àquelas recomendações do Tribunal de Contas sobre as Contas de 2003, mas eles melhoraram significativamente. Além do que, muito embora não estejamos examinando as Contas do exercício de 2005, é através desses números de 2004 que nós chegamos ao superávit de 2005. Eu gostaria de fazer um breve comentário sobre as ressalvas apresentadas pelo Relator, particularmente sobre a questão Saúde, que é o que mais afeta o Estado de Santa Catarina. Já estivemos reunidos aqui com os Senhores Conselheiros, por duas ou três vezes, fizemos esta exposição, mas volto a repetir aqui pela razões que apresentaremos agora Senhores Conselheiros, o ponto central do exame das contas do Governo do Estado do exercício de 2004, que se realiza nesta sessão do Tribunal de Contas, reside na inclusão ou não, na base de cálculo sobre a qual se aplica o percentual dos gastos com ações e serviços de saúde pública, dos valores que pertencem ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério — FUNDEF. Entende o Governo do Estado que os valores do FUNDEF não devem compor a base de cálculo utilizada para se obter o valor que deve ser aplicado pelo poder público nas ações de saúde. As razões do entendimento esposado pelo Governo do Estado são de ordem jurídica, e decorrem de interpretação sistemática da Constituição da República. O artigo 198, § 2º, II, da Constituição Federal, dispõe: “Art. 198 (...) § 2º. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde recursos mínimos derivados da aplicação de percentuais calculados sobre: II — no caso dos Estados e do Distrito Federal, o produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 155 e dos recursos de que tratam os arts. 157 e 159, inciso I, alínea ‘a’, e inciso II, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos municípios”. É inegável a clareza do dispositivo constitucional referido: a base de cálculo sobre a qual incide o percentual que define o montante dos recursos a serem aplicados em ações e serviços de saúde pública, é composta, exclusivamente, pelos impostos que tratam os artigos 155, 157 e 159, inciso I, a e inciso II, da Constituição. Os recursos do FUNDEF, por inexistência de previsão constitucional e, ainda, pelo fato de só poderem ser aplicados nas finalidades próprias do Fundo, não podem integrar a base de cálculo sobre a qual se aplica o percentual que define o montante de recursos a serem aplicados em ações e serviços de saúde pública. A exclusão do FUNDEF dessa base de cálculo nada mais é do que a aplicação efetiva do princípio da legalidade, pois as receitas do FUNDEF são exclusivas para aplicação em ações da educação, ou seja, não se pode aplicá-las ou computá-las em qualquer outra atividade ou rubrica, que não sejam estritamente aquelas da educação. Cumpre ressaltar a Vossas Excelências que a posição do Governo do Estado não é isolada no âmbito da Federação. O Estado do Rio de Janeiro, desde o ano de 2000, adota o procedimento ora defendido pelo Governo do Estado, e o Tribunal de Contas fluminense não tem feito restrições a esse entendimento. Esse fato serve para demonstrar que a questão merece exame aprofundado, pois o que se busca, além da observância do princípio constitucional da legalidade e do respeito estrito à Constituição, é a defesa do interesse público e da sociedade catarinense e não do Governo do Estado. Deve-se destacar, ainda, em socorro da tese esposada pelo Governo do Estado, decisão proferida pelo Supremo



*Tribunal Federal na ação cautelar nº 231, do Rio de Janeiro, decisão proferida em 02 de março de 2004. Nessa ação, o Estado do Rio de Janeiro insurgiu-se contra exigência da União, no sentido de incluir na base de cálculo utilizada para apurar o montante de recursos que devem ser pagos a título da dívida estadual, os recursos que compõem o Fundo de Combate à Pobreza. Ao examinar a questão, decidiu o Supremo: “Mais que isso, a Constituição Federal, ante o interesse público primário, dispôs sobre a composição do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, indicando, de modo categórico, os recursos a serem para ele carreados. É o que se depreende do teor do artigo 80 introduzido no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias pela Emenda Constitucional nº 31/2000, aplicável aos Estados por força do artigo 82 que se lhe segue. Neste exame preliminar, tem-se a vinculação constitucional a afastar a absorção de valores levando em conta compromissos diversos, no caso, a amortização da dívida consolidada do Estado junto à União. O importante dessa decisão do Supremo, e que se aplica ao caso concreto desta defesa, é que a Corte Máxima de Justiça do País reconheceu e afirmou que “a vinculação constitucional” dos recursos que compõem o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, instituído pelo Estado do Rio de Janeiro, afasta a sua inclusão da base de cálculo sobre a qual se aplica o percentual que define o montante a ser pago à União a título da dívida fundada do Estado. Esse mesmo raciocínio serve ao caso da tese esposada pelo Governo do Estado. O FUNDEF, assim como o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, foi acrescido à Constituição no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, através de Emendas Constitucionais. Os recursos de ambos os Fundos têm vinculação definida no próprio texto constitucional, só podendo ser aplicados naquelas finalidades previstas na própria Constituição. Esse fato, isto é, a vinculação constitucional dos recursos desses fundos, afasta a inclusão dos recursos que lhes pertencem da base de cálculo sobre a qual incidem percentuais destinados a definir os recursos a serem aplicados, no caso do FUNDEF, em ações e serviços de saúde pública e, no caso do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, da base de cálculo sobre a qual se aplica o percentual que define o valor da parcela a ser paga à União a título de dívida fundada. Parece evidente que só pode ser assim. Se os recursos do FUNDEF, assim como os recursos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, têm destinação exclusiva por determinação constitucional, não pode pretender utilizá-los para finalidades outras que não aquelas expressamente previstas na Constituição. Vejam Vossas Excelências que a tese apresentada pelo Estado, além dos fundamentos jurídicos aqui expostos, assenta-se em fato novo que é o julgamento do Supremo antes referido, ocorrido no ano de 2004. Ou seja, o Governo traz à apreciação deste Tribunal de Contas a questão não com o intuito simplório de obter uma singela revisão da jurisprudência da Corte. Mas, sim, com o intuito de despertar no espírito de Vossas Excelências a consciência da importância de se reexaminar o tema, ante os argumentos de natureza jurídico-constitucional apresentados e em razão da decisão do Supremo Tribunal Federal. Quero deixar registrado que ao longo da sua história o Tribunal de Contas de Santa Catarina tem prestado relevantes serviços à sociedade catarinense, apresentando, em diversas oportunidades, soluções para graves e delicados problemas enfrentados pelos Governos*



do Estado. Esta é uma daquelas oportunidades em que o Tribunal de Contas pode, mais uma vez, encontrar solução para uma questão tormentosa não apenas para o Governo do Estado, mas para a própria sociedade. Sabem Vossas Excelências que passamos por momento político delicado, no qual o pacto federativo encontra-se vulnerado em razão da concentração de recursos nas mãos da União. Hoje, cerca de 65% de toda a arrecadação tributária do país vai para a União. Sobram para os Estados e Municípios 35%. A cada mês a União obtém recordes de arrecadação, como noticiam os meios de comunicação do País. Os Estados e os Municípios são obrigados, por isso, a buscar soluções que lhes possibilitem cumprir as suas obrigações essenciais com saúde, educação e segurança pública. Por todas essas razões e fundamentos, senhores Conselheiros, é que o Governo do Estado requer que o Tribunal de Contas acate a tese aqui esposada para que se exclua da base de cálculo dos gastos com ações e serviços de saúde pública os recursos do FUNDEF. Esta é a nossa posição com respeito à Saúde. Sei que em administrações anteriores já foi discutido isto, pelo Tribunal, no ano passado, o Governo do Estado, em relação às contas de 2003, não defendeu esta tese porque estávamos com a meta cumprida, mas esse ano, com base nessa decisão do Supremo Tribunal Federal de 2004, houve uma alteração, é uma nova decisão. Se o Estado de Santa Catarina for para o Judiciário há uma grande possibilidade de conseguirmos, a exemplo do Rio de Janeiro com uma cautelar relativamente ao Fundo de Pobreza, de conseguirmos uma cautelar em relação a isto. Por que teríamos que ir para o Judiciário? Porque o Estado de Santa Catarina vai ser penalizado. Se nós não conseguirmos uma Certidão do Tribunal de Contas de que nós cumprimos a aplicação mínima constitucional em Saúde, com base nesse cálculo apresentado, certamente o Estado, a sociedade catarinense, será penalizada. Daí porque nós pedimos aos Senhores Conselheiros que reexaminem, sei que no passado a posição do Tribunal era essa, mas nada impede que hoje se reavalie à luz de uma nova decisão do Supremo Tribunal, que muito embora se referindo ao Fundo de Pobreza, tenha aplicação nesse caso também. Não tem lógica um recurso que tenho de destinar ao FUNDEF fazer o cálculo do percentual da saúde em cima de um recurso que não uso. Então acho que a decisão do Supremo fica bem clara com respeito ao FUNDEF e pede-se aqui a reapreciação e a reanálise dessa questão, pelos Senhores Conselheiros. Com relação às demais ressalvas, uma que diz respeito ao cancelamento de Restos a Pagar. O Relator fez uma observação de que o Governo do Estado teria usado de um artifício, mas nós não usamos de artifício nenhum, nós fizemos amparados na Lei Complementar Estadual 284/2005, no art. 188, amparados pelo Decreto Federal 4.526/2002. É bem verdade que até o exercício de 2003 não se excluía esses Restos a Pagar, mas a União já o faz há muito tempo. O Estado de Santa Catarina não fazia porque não queria. A possibilidade já existia, pela Lei 4320/64, pelo Decreto Estadual e, finalmente, pela Lei Complementar Estadual nº 284/2005, art. 188. Com relação ao orçamentário e financeiro, o que queríamos registrar, muito embora nas Contas do Governo do Estado, o Poder Executivo continua registrando déficit, são as seguintes observações: Diminuição significativa do déficit orçamentário de 203,71 milhões em 2003 para 109,62 milhões em 2004 e, se considerarmos as despesas liquidadas, temos um superá-

vit de 94,51 milhões em 2004; Para o exercício de 2005 apuramos no primeiro quadrimestre um superávit da execução orçamentária superior a 250 milhões; Diminuição do déficit financeiro de 410,39 milhões em 2003, para 165,85 milhões em 2004. Quanto ao FUNDEF: Ressaltar que em 2004, ao contrário dos anos anteriores, houve a aplicação da integralidade dos recursos do FUNDEF na manutenção e desenvolvimento do ensino; Em 2004 não atingimos o percentual mínimo (60%) no pagamento dos profissionais vinculados ao magistério — isto deveu-se ao reordenamento na Secretaria da Educação dos ACTs, que contava em 2003 com 26.784 professores, passando em 2004 para 18.076 profissionais; para 2005, em virtude das admissões por concurso público, atingiremos o percentual mínimo necessário. Com relação ao não-cumprimento das metas fiscais, gostaríamos de ressaltar que mesmo não havendo o cumprimento do resultado estimado pela LDO na execução orçamentária, haverá o cumprimento do pactuado pelo Programa de Ajuste Fiscal. Com relação às recomendações, queríamos ressaltar que o Governo do Estado, e neste momento já quero pedir aos nossos diretores da Fazenda, particularmente ao nosso Diretor Geral, Lindolfo Weber, que já determine a expedição de comunicado para todas as áreas interessadas do Governo do Estado, para que sejam seguidas rigorosamente essas recomendações do Tribunal de Contas, e naquilo que for possível, implantar já agora no ano de 2005. Quero dizer aos Senhores e aproveitar este momento para agradecer à nossa equipe da Secretaria da Fazenda, a todos os Diretores, aqui presentes, Diretor do Tesouro, Contabilidade, DIAT, enfim, à toda a diretoria, pelas ações firmes que foram tomadas na defesa dos interesses do Estado, visando dar cumprimento à determinação do Governador Luiz Henrique, que é o cumprimento irrestrito da Lei de Responsabilidade Fiscal e de todas as determinações do Tribunal de Contas. Agradeço a oportunidade que me foi dada e peço mais uma vez que a única ressalva que pode trazer prejuízo significativo para a sociedade catarinense diz respeito ao FUNDEF, muito embora respeitando uma decisão deste Tribunal, mas é uma apelo que se faz aqui, para que essa decisão seja reexaminada, tendo por base a nova jurisprudência do Supremo Tribunal Federal”. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Parecer Prévio apresentado pelo Sr. Relator. Usou a palavra o **Sr. Procurador Geral, Dr. Márcio de Sousa Rosa**, que assim se manifestou: “Em primeiro lugar gostaria de cumprimentar o excelente trabalho desenvolvido pelo Relator das Contas, Conselheiro Otávio Gilson dos Santos, juntamente com sua equipe técnica, pela riqueza das informações apresentadas no relatório técnico, e que serviu de base para nossa manifestação sobre as Contas do Governo do Estado, relativamente ao exercício de 2004, através do Parecer nº 1.374/2005, e que sugeriu encaminhamento de voto recomendando à Assembléia Legislativa a sua aprovação. No exercício da nossa missão constitucional e legal de guarda da lei e fiscal da sua execução, destacamos nele os principais aspectos e resultados da gestão orçamentária, financeira e patrimonial das contas em exame, entre eles, o registro que o Estado não teria aplicado em ações e serviços públicos de saúde, o mínimo exigido no texto constitucional. Entretanto, considerando que o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas apresentou seu parecer sobre as Contas do Governo do Estado de 2004 antes das justificativas e considerações

apresentadas pelo Poder Executivo Estadual sobre o Projeto de Parecer Prévio das Contas, cabem os seguintes registros acerca do apontamento do descumprimento dos gastos mínimos em ações e serviços públicos de saúde: 1) O critério para apuração das receitas produto de impostos, base de cálculo dos gastos mínimos de 12% em ações e serviços públicos de saúde, não é uniforme entre os Tribunais de Contas, especialmente em relação à contribuição de 15% sobre receitas produtos de impostos para formação do FUNDEF, conforme interpretação possível de ser extraída do texto constitucional disposto no artigo 198, § 2º, II, que define os impostos que comporão essa base. Como exemplo, se adotado entendimento do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, que exclui da base de cálculo do gasto mínimo em ações e serviços públicos de saúde a contribuição ao FUNDEF, Santa Catarina teria atendido com folga o mandamento constitucional. 2) Também não existe consenso em relação às despesas que podem ou não ser consideradas como ações e serviços de saúde. Questiona-se, conforme já consignado em nosso Parecer, a competência do Conselho Nacional de Saúde para definir através da Portaria 322/2003, posto que o faz de forma restritiva e de acordo com os seus interesses, as despesas que podem ser apropriadas nas ações e serviços públicos de saúde. 3) Diante destes fatos, e enquanto não houver regulamentação da matéria aprovada pelo Congresso Nacional, o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas de Santa Catarina acompanha o entendimento de que as contribuições ao FUNDEF não podem fazer parte da base de cálculo dos gastos mínimos em ações e serviços públicos de saúde, dada a sua destinação específica para gastos com ensino, reconhecendo assim, a partir das alegações de defesa trazida aos autos pela Secretaria de Estado da Fazenda, que o Governo de Santa Catarina em 2004, atendeu o mandamento constitucional da aplicação de pelo menos 12% das receitas produto de impostos em saúde, conforme dados constantes do Relatório Técnico. Muito obrigado”. A seguir usou a palavra o Sr. Relator, **Conselheiro Otávio Gilson dos Santos**, que assim se manifestou: “Inicialmente, gostaria de cumprimentar o Sr. Secretário de Estado da Fazenda, Dr. Max Roberto Bornholdt, pela maneira gentil, eficiente, de demonstrar a situação do Estado de Santa Catarina, propiciando a nós novos conhecimentos. Cumprimentar o Sr. Procurador Geral junto ao Tribunal de Contas, que manifesta-se especificamente sobre o problema relacionado com a não-inclusão da receita destinada ao FUNDEF, para efeito de cálculo da Receita Líquida Disponível e que, por consequência, aumentará o valor do aplicado em saúde. Tanto o Sr. Secretário, quanto o Sr. Procurador Geral, não desconhecem que este é um assunto de profundidade acentuada e que este Tribunal de Contas tem preocupação, e eu aproveitei até o ensejo da oportunidade para cumprimentar aqui o Sr. Secretário da Saúde, pessoa pelo qual eu tenho a maior consideração e o maior apreço, e queria inclusive afirmar a V.Exa. que aqui está falando alguém que pensa em Santa Catarina e que pesou muito a colocação desta ressalva no meu Parecer. Quero dizer, a V.Exa., que entendo a preocupação, tanto da Secretaria de Estado da Saúde, quanto do Governador do Estado, quanto de V.Exa, quanto do Ministério Público, de que não pode ser neste momento da decisão das contas do exercício de 2004 que nós possamos, Tribunal de Contas de Santa Catarina, no que diz respeito a este Relator, tomar uma decisão, neste instante,

excluindo da base de cálculo, para efeito de aplicação na Saúde, do valor da receita relativa ao FUNDEF. Quero, para demonstrar minha boa vontade e intenção de colaborar para o Estado de Santa Catarina, dizer que o assunto que V.Exa. colocou aqui, em um memorial, que ele seja protocolado como uma consulta ao Tribunal de Contas do Estado, e dentro do menor espaço de tempo possível nós procuraremos respondê-la, baseado naquilo que determina a legislação em vigor, porque a preocupação de V.Exa. é perfeitamente factível e verdadeira, é de que o Estado de Santa Catarina possa ser prejudicado por esta ressalva e por esta recomendação do Tribunal de Contas. E isto evidentemente vai repercutir se a certidão do Tribunal de Contas sair com esta ressalva de que não foi aplicado integralmente, pode trazer problemas, mas entendo que se a decisão for do Tribunal de Contas do Estado, não só eu, mas todos os Conselheiros que aqui estão, teremos a preocupação de verificar se a ponderação de V.Exa., feita inclusive com base em uma ação em que o Supremo Tribunal deu ganho de causa ao Estado do Rio de Janeiro, se aplica ao caso do FUNDEF. Parece-me, Sr. Secretário da Fazenda, que o Tribunal de Contas de Santa Catarina, a exemplo de outros Tribunais do País, tem dificuldades na interpretação correta deste dispositivo e de outros, inclusive aquele com referência à educação. Quero reafirmar a V.Exa., pois é ponto que já consta do meu Relatório, acho que o Tribunal de Contas de Santa Catarina pode, inclusive, tendo ele aqui, em suas hostes, o Presidente do Instituto Ruy Barbosa, que é o Conselheiro Salomão Ribas Junior, que aqui não está porque está fazendo um curso no exterior, através do Instituto Ruy Barbosa, porque entendo que a questão não se condiciona apenas ao Estado de Santa Catarina, é de ordem nacional e foi isto aqui afirmado, pelo Sr. Procurador Geral, que não existe uma uniformidade de ações. Então me parece, Sr. Secretário, que este documento de V.Exa, a quem eu respeito, que efetivamente tem razão, nós possamos examiná-lo numa consulta. Isto não é caso inédito, porque há pouco tempo nós havíamos emitido o Parecer Prévio neste Tribunal, remetido o processo de Prestação de Contas à Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, e posteriormente verificamos que a nossa decisão não foi exatamente aquela que a legislação permite, e aí tomamos a decisão interna de reexaminarmos a matéria em questão e comunicarmos à Assembléia Legislativa, que tomou as medidas necessárias. Isto posto, Sr. Secretário, quero dizer a V. Exa. e a todos aqui que me ouvem, que o meu objetivo é de colaboração dentro da legislação que nos rege aqui no Tribunal de Contas e o que apliquei foi exatamente aquilo que nós temos feito nos últimos 5 anos, desde o ano 2000. Desde a Lei de Responsabilidade Fiscal nós adotamos estes procedimentos, e eu não poderia, sob pena de ser irresponsável, deixar de continuar naquele caminho, que evidentemente será seguido, ou não, pelos demais Conselheiros. Mas tenho consciência plena de que aquilo que coloquei naquele Relatório é exatamente a forma de o Tribunal de Contas agir nos últimos anos. Isto posto, coloco à Presidência a sugestão de que o documento que V.Exa. aqui nos apresentou, que merece todo o nosso respeito, deva ser examinado em processo separado e que esta decisão saia o mais rapidamente possível, até porque, no instante que V.Exa. precisar da certidão do Tribunal de Contas, se nós já tivermos analisado esta questão, e este problema não for de maior complexidade, nós agiremos em uma ou duas semanas e já

teremos esta decisão. Evidentemente que as contas serão encaminhadas à Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, como as Contas de 2001, 2002 e 2003 também foram, agora, no dia 24 de maio, e então, teremos todo o tempo possível objetivando não criar nenhum problema que venha dificultar o já tormentoso problema da saúde catarinense e brasileira. Pode estar certo V.Exa. que, se nós pudermos fazer, eu serei um advogado neste sentido. Agora, não posso tomar uma posição com referência à colocação de V. Exa. que não seja aquela de reiterar o voto anteriormente proferido. Esta é uma posição pensada, que objetiva, acima de tudo, dar coerência aos procedimentos que sempre tive neste Corte de Contas. Quanto ao problema relacionado a Restos a Pagar, eu devo dizer a V.Exa. que até compreendo, mas a lei é de 2005, e nós estamos analisando contas de 2004. E como a lei de 2005 não pode regularizar situações ocorridas anteriormente, por esta razão nós colocamos aquela observação quanto à anulação de Restos a Pagar. Quero dizer que, em momento nenhum, essa relatoria escondeu algo do Sr. Secretário da Fazenda, até porque tenho para com os servidores da Secretaria da Fazenda o maior respeito e a maior admiração, a liberdade absoluta no esclarecimento dos problemas levantados pela equipe técnica do Tribunal de Contas. Temos aqui, talvez, os técnicos mais competentes do Estado, com todo o respeito aos demais, que são os da Secretaria da Fazenda. Portanto, Sr. Secretário, neste momento, pesaroso é verdade, porque pode trazer problemas ao Estado de Santa Catarina, mas eu tenho que guardar coerência com tudo aquilo que disse depois de aportar neste Tribunal de Contas. Mas acho que há solução e a solução será a favor de Santa Catarina, pode estar certo V.Exa. Eram estas as considerações, mantendo a minha posição no voto”. A seguir, usou da palavra o **Conselheiro Moacir Bertoli**, que assim se manifestou: “O Tribunal de Contas, ou melhor, seu Colegiado, seus funcionários, tem uma dificuldade que poucos conhecem, porque se passa na parte interna de seu trabalho: não conseguimos manter o mesmo número de amigos que conquistamos ao longo dos anos, devido a um fato interessante. A nossa função é de fiscais dos recursos arrecadados pelo Estado, e de sua correta aplicação. Geralmente as decisões do Tribunal só são divulgadas quando atingem pessoas às quais temos que aplicar multa ou imputar débito por fatos e atos irregulares ou que vieram a dar prejuízo ao erário. Erário que se constitui de recursos que a comunidade paga pelos serviços que o Estado executa. Sr. Secretário, tive uma experiência muito gratificante como relator das contas do Governo, no ano que passou, e quero agradecer ao Sr. Conselheiro Otávio Gilson dos Santos pelas referências que fez àquele nosso trabalho ao apresentar seu Relatório. Quero agradecer a V. Exa., Sr. Secretário, por ter também lembrado e citado aqui as ressalvas, recomendações e comentários que tive a oportunidade de propor a este Plenário, que foram levantadas, não por mim, mas pelos funcionários desta Casa, pelos técnicos desta Casa. Neste momento, como fiz no ano passado, quero tirar dois minutos para chamar a atenção para um fato muito grave, que V. Exa. também sente ao dirigir a Secretaria de Estado, que é o problema da falta de funcionários, para que se possa evitar que no decorrer do exercício se repitam falhas já apontadas por este Plenário. Entendo que hoje já não é como há 10, 15, 20 anos. Acredito que hoje já temos mais facilidades, graças à informatização. Se há boa vontade do



*Poder Executivo, e de sua equipe de assessores, acredito que possamos ter uma resposta instantânea na execução contábil e financeira das obrigações da administração pública. As ressalvas e recomendações que são feitas vêm ao encontro de três preocupações que tive, e tenho, pra ficar apenas nessas três neste meu pequeno relatório, porque o trabalho exaustivo o Sr. Relator já o fez e já o expôs. Minha primeira preocupação é com a falta de equilíbrio orçamentário e financeiro. Se não houver equilíbrio entre receita e despesa, infelizmente as coisas fogem do controle. Isso vale para o Estado, vale para as empresas, para a iniciativa privada, para cada um de nós em nossas casas, dentro do nosso lar, no dia-a-dia de cada família. Nós temos que insistir, nós temos que persistir, que só podemos gastar aquilo que nós arrecadamos. Não se deve gastar o que não se tem. É importante que não tenhamos déficit orçamentário. O Governador atual também recebeu um déficit financeiro de seu antecessor e talvez não possa ainda entregar ao seu sucessor as contas equilibradas. Mas eu espero que algumas coisas possam acontecer com a união de esforços do Tribunal de Contas, da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina e através de nossos parlamentares que estão no Congresso Nacional representando o nosso Estado. Porque é lamentável que, ano a ano, continue a política federal a vir penalizar aquele que quer ser correto. Como no exemplo que V. Exa. citou acerca do saldo da balança de exportações, que a receita vai para os Estados maiores. É lógico que eles também têm problemas, mas nós não queremos importar os problemas de São Paulo para cá, já chegam os morros que estão sendo invadidos e os problemas todos de segurança do dia-a-dia. Mas há necessidades, e eu faço um apelo para que o Governo use esta força, talvez até tendo que ser como aquele pai que educa o filho, tem que dizer não, basta, tem que ter um basta, senão os outros Estados vão recebendo e nós vamos tendo prejuízo. Então, reafirmo que, para diminuir o déficit, só se pode gastar o que se arrecada. Minha segunda preocupação é com a dívida de longo prazo. Eu sempre digo a meus Colegas que não é caso de se resolver em um governo, em dois ou três anos. Até porque, até que provem o contrário, esta dívida hoje está centralizada no Tesouro Nacional, pois estamos com 10 bilhões de dívida com o Tesouro Nacional. Os compromissos em dólares, de contratos recentes, não somam 600 milhões, se não me falha a memória. Mas é de se reconhecer que esse dinheiro foi aplicado. Talvez o que possa ter havido, e por isso deve-se ter todo o cuidado na negociação, seja a não adoção de critérios iguais para todos no Brasil, quando se penaliza aquele que é mais correto. E aqui entra a minha terceira ponderação, que é a fiscalização. Cabe ao Governo do Estado, no que for possível e impossível, envidar esforços para que o dinheiro seja aplicado de acordo com a Lei do Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual. Planejamento. Tanto na área orçamentária, tanto na área financeira como na área de obras e serviços. Planejar adequadamente para facilitar a execução correta. É preciso acabar com o improviso. Não se deve construir hoje mais nada sem um projeto, nem uma garagem. Com um projeto bem elaborado, o Executivo vai saber, amanhã, o que pode e como deve ser executado. Esse projeto, básico, é que vem facilitar ao Tribunal de Contas e à Assembléia Legislativa uma de suas mais importantes tarefas que é fiscalizar. Sem projeto básico das obras dificilmente teremos um*

ordenamento como se deve ter no Estado, até porque o particular pode fazer com o seu dinheiro o que bem entender desde que não seja proibido por lei. Mas, o Estado, não. O administrador público só pode fazer o que a lei determina. Nós temos que nos prevenir porque estamos trabalhando com dinheiro da sociedade catarinense. Quero dizer ao Sr. Secretário que tive de trabalhar muito com a sua equipe no ano passado, quando o Tribunal de Contas solicitava por ofícios informações sobre as ressalvas e recomendações que foram aprovadas por este Plenário quando da apreciação das contas anuais. É preciso estar atento, não se descuidar, e procurar corrigir os motivos dessas ressalvas e recomendações. Talvez a solução seja aquela sugerida pelo Conselheiro Gilson. Que nós temos que nos reunir, que ir aos Ministérios da Saúde e da Educação, e talvez a outros, porque se nós liberarmos os recursos destinados ao FUNDEF, será que nós não teremos que liberar, amanhã, os recursos destinados ao Fundo de Pobreza e a outros fundos? Então nós temos que ter essa preocupação com as ações do Governo, em todas as áreas, sejam elas das empresas, dos fundos, das fundações, do Poder Executivo e de todos os Poderes e órgãos, para que o dinheiro seja realmente bem aplicado e bem fiscalizado. E, para finalizar, quero lhes dizer que ao receber este memorial, ontem a noite, eu me debrucei, sim, sobre ele. A minha assessoria ficou fazendo seu trabalho até altas horas da noite para que hoje eu pudesse ter elementos para formar opinião a respeito. Eu fui saber da opinião do Conselheiro Otávio Gilson dos Santos, aqui, onde eu disse a ele: não vamos penalizar mais o Estado porque, na página 90, a minha assessoria descobriu que nós estamos tirando os inativos no ano que vem. Ele chamou sua assessoria e imediatamente disse que iria acertar o relatório. Mas, para encerrar, não posso deixar de fazer uma manifestação à sociedade catarinense e aos senhores que estão aqui. Este Tribunal de Contas tomou uma decisão nos últimos anos que poucos tiveram de tomar, Sr. Secretário. Sabendo das dificuldades que o Governo Catarinense enfrenta, este Tribunal de Contas tem permitido que os gastos com inativos sejam incluídos na base de cálculo para apuração dos recursos destinados à educação. Estamos permitindo também que os inativos se enquadrem como despesa com saúde. Isto, para que o Estado não seja penalizado. Nós só esperamos e estamos aguardando que essas ações de anulação de Restos a Pagar, de cancelamento de empenho, não afetem o equilíbrio das contas, nem os limites legais. Eu quero dizer que, com essa manifestação do Tribunal de Contas de aceitar os inativos nesses cálculos, já há uma abertura aos governos até que possa ser criado o Fundo de Previdência do Estado de Santa Catarina. Então eu manifesto mais uma vez, Conselheiro Gilson, que a sua colocação no seu Relatório, em razão do memorial do Sr. Secretário da Fazenda, e da decisão do Supremo Tribunal Federal sobre o Fundo de Pobreza, merece o nosso acatamento. Temos que tomar uma decisão de forma transparente, em cumprimento com nossa obrigação constitucional. Muito obrigado”. Usou a palavra, novamente, o **Sr. Secretário da Fazenda**, assim se manifestando: “Gostaria, em primeiro lugar, de agradecer as palavras do Sr. Relator, Conselheiro Otávio Gilson dos Santos, e do Sr. Procurador, Dr. Márcio de Sousa Rosa, e, ao mesmo tempo, dizer que, pelo que entendi, o Conselheiro Relator está propondo que esse assunto efetivamente seja reanalisado à luz de decisão do próprio Ministério

da Saúde e de outros órgãos, acho que do Instituto Ruy Barbosa, se não me engano, conforme foi colocado. Acho que o Conselheiro Salomão Ribas Junior teria talvez todas as condições para nos ajudar na solução desse impasse e se nós, o Governo do Estado, efetivamente, não estiver com a razão, iremos nos curvar a esta decisão. Estamos buscando aquilo que é melhor para Santa Catarina, nós imaginamos que seja melhor. Neste sentido, o que venho propor ao Sr. Relator, não sei se é isto que foi proposto, mas até ante o Parecer favorável do Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, Dr. Márcio Rosa, que fundamentou muito bem o seu parecer, a proposta que faço aos Srs. Conselheiros é a de que esta questão talvez pudesse ser tratada numa consulta, porque normalmente quando fazemos uma consulta, esta tem um efeito suspensivo. Na Secretariada da Fazenda, qualquer contribuinte que faça uma consulta para nós ele tem o benefício da suspensão enquanto não for respondida a consulta. Então, a proposta que faço aos Srs. Conselheiros é que, se a posição dos Conselheiros for a mesma que a do Conselheiro Gilson, eu não conheço o Regimento Interno, então pode ser que não seja pertinente esta colocação, mas se houver a possibilidade de que esta questão, então, seja votada em separado, após essa resposta do órgão técnico ou do Instituto Ruy Barbosa, que poderá melhor elucidá-la. Obrigado". Em seguida, disse o **Sr. Conselheiro Otávio Gilson dos Santos**: "O Sr. Secretário propõe o exame em separado dessa matéria, mas, salvo melhor juízo, uma vez que temos estes prazos constitucionais, inclusive de apreciação das Contas, não podemos omitir, na apreciação das Contas, um dado exponencial, como é o caso da aplicação em Saúde, em termos de Lei de Responsabilidade Fiscal e de cumprimento da Constituição. A minha proposição, bem clara, é que o seu documento seja recebido pela Presidência desta Casa como Consulta. E, como consulta, vai receber um tratamento o mais célere possível. Quando digo célere é porque não iremos poder tomar uma posição que não esteja embasada em legislação e em procedimentos, em nível federal, já que, V.Exa. sabe, o Fundo de Saúde é uma instituição em nível federal, então, teria que ter a participação do Ministério da Saúde, do Instituto Ruy Barbosa, do Fundo Nacional de Saúde e dos Tribunais de Contas. Agora, se verificarmos que a cópia da decisão que V. Exa. trouxe aqui, do Supremo Tribunal Federal, é uma ação que nos dá a possibilidade de nós próprios, aqui de Santa Catarina, tomarmos a decisão de responder à consulta baseado nessa decisão, isto poderá ser feito o mais rápido possível. Quero crer que é um assunto de ordem nacional e que vai merecer a melhor atenção, tenho inclusive este compromisso do Presidente Salomão, do Instituto Ruy Barbosa, de buscar, exatamente, tratamento igual para casos iguais. Infelizmente não tem como abrimos mão de não analisarmos o dispositivo e de continuarmos a manter o voto. Agora, pode ser analisada por um processo em separado em nível de consulta. Em outras palavras, pode resolver o problema, Sr. Secretário, se for dado favorável. Se não for dado favorável também não prejudica, porque já constará do Parecer Prévio". A seguir, usou a palavra o **Sr. Conselheiro Wilson Rogério Wan-Dall**, que assim se manifestou: "Em primeiro lugar, quero cumprimentar o Conselheiro Otávio Gilson dos Santos, que, nos últimos 15 dias, até se privou de muitas coisas, ficando em cima deste processo, e teve o papel importante de analisar todos os documentos, com sua equipe.

*Cumprimento toda a equipe, os funcionários da Secretaria da Fazenda, que, conjuntamente, apresentaram os documentos e informações que se fizeram necessários e dizer que a proposta do Relator, neste momento, é a mais viável, no meu entendimento, de o Sr. Presidente receber este documento como consulta. Poderíamos encaminhar à Consultoria Geral para exame, e quando nos gabinetes dos Conselheiros, dar tratamento o mais rápido possível. Acho que o Sr. secretário provocou um assunto interessante, não só para Santa Catarina, mas em nível de Brasil. E com o voto proposto neste item da exclusão da receita destinada ao FUNDEF, que o Sr. Procurador propôs, deu mais oportunidade de discussão. Quero cumprimentar o Sr. Procurador, também, em função da sua decisão no seu Parecer, e isto vai fazer com que a gente, o mais rápido possível, possa decidir. Acho possível uma decisão mais rápida, com a participação do Instituto Ruy Barbosa, Presidido pelo Conselheiro Salomão, e da Associação dos Tribunais de Contas, que tem o Sr. Conselheiro Carlos Pina como Presidente, e, também me prontifico para colaborar, pois achei muito interessante a sugestão proposta. Irei acompanhar o voto do Sr. Relator, mas me pesa em função da divergência do Sr. Procurador, que acho que tem certa razão, mas como não há tempo para análise mais detalhada, temos que votar. É constitucional. Se fosse um outro processo normal poderíamos pedir vistas, dar-se-ia um prazo, reunir-se-ia com os Conselheiros. Espero que tenhamos uma solução o mais rápido possível, pois acho que tem conteúdo e tem consistência o seu documento. Percebo que há condições para uma boa discussão em nível de Brasil. Quero cumprimentar, também, o Sr. Secretário da Fazenda, pela criação deste Grupo Gestor, que V.Exa. apresentou no seu Relatório. Achei muito interessante a preocupação de fazer uma boa administração, cuidando bem dos recursos públicos, objetivando ações e mudanças para melhorar a arrecadação, inclusive, com a preocupação com o pagamento do Passivo Financeiro, hoje com uma contribuição maior do que anos anteriores, fazendo com que haja a adequação à realidade financeira, visando ao equilíbrio financeiro e orçamentário e o que é importante, como V.Exa. falou bem claro, é a obrigação e a determinação do Governo e do Sr. Secretário em cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal, pois é a única lei no Brasil que foi festejada. Nenhuma outra lei foi festejada tanto. No início houve uma reação continua muito grande dos Prefeitos, Gestores Públicos, em torno dessa lei, mas hoje todos têm consciência que ela veio em boa hora. Veio para moralizar, para fazer com que os administradores possam aplicar bem os recursos públicos. E essa mudança dos fiscais da fazenda de fazer um trabalho pedagógico, ao invés de estarem somente multando e fiscalizando lá na empresa, para que aumente a arrecadação, isto é um gesto muito importante que a Secretaria vem desenvolvendo. Como o Tribunal de Contas vem fazendo aqui, um trabalho pedagógico, nos seus ciclos de estudo, orientando Prefeitos, Vereadores, Administradores, contadores, para que possam fazer uma boa administração e aplicar bem os recursos públicos. O Tribunal de Contas do passado também tinha um papel diferente. Era uma Instituição que tinha mais o papel de punir, hoje é o contrário, de fazer um trabalho pedagógico e de orientação. No dia de hoje, ouvi o discurso do Sr. Ministro do Tribunal de Contas da União, Ubiratan Aguiar, na abertura de um seminário na FIESC. Ele falava do mesmo assunto, da importância do Tribunal de Contas da*

União estar aqui em Santa Catarina, objetivando um trabalho de orientação e não um trabalho punitivo. Então, Sr. Secretário, quero deixar aqui meus cumprimentos pelas ações que estão sendo desenvolvidas e, mais uma vez, Sr. Relator, parabéns pelo seu Relatório e voto. Muito obrigado pela oportunidade”. Em seguida, o **Sr. Presidente**, deu por encerrada a discussão, e passou a colher votos, nominalmente, sobre o Projeto de Parecer Prévio apresentado pelo Relator, Sr. Conselheiro Otávio Gilson dos Santos, relativo às Contas do exercício de 2004, do Poder Executivo, que contém o seguinte teor: **“PROJETO DE PARECER PRÉVIO SOBRE AS CONTAS DO PODER EXECUTIVO — O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, de acordo com o disposto nos arts. 1º, inciso I, 47 e 49 da Lei Complementar Estadual nº 202, de 15 de dezembro de 2000, e, ainda, no art. 57 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, e CONSIDERANDO que o art. 59, inciso I, da Constituição do Estado, estabelece que compete ao Tribunal de Contas “apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador, às quais serão anexadas as dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas, mediante parecer prévio que levará em consideração as contas dos três últimos exercícios financeiros e que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento”; CONSIDERANDO que as Contas referentes ao exercício de 2004 foram prestadas pelo Governador do Estado de Santa Catarina dentro do prazo constitucional (art. 71, inciso IX, CE); CONSIDERANDO os Relatórios apresentados pela Diretoria de Contabilidade Geral e pela Diretoria de Auditoria Geral, da Secretaria de Estado da Fazenda; CONSIDERANDO que as Contas do Poder Executivo do Estado de Santa Catarina, constituídas dos respectivos Balanços Gerais e das demonstrações técnicas de natureza contábil, incluem, além das suas próprias, as do Poder Legislativo e do Poder Judiciário, bem como as do Ministério Público e do Tribunal de Contas do Estado, de forma consolidada, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Lei Complementar nº 101/2000; CONSIDERANDO a detalhada análise realizada pelo Corpo Técnico deste Tribunal acerca da gestão orçamentária, patrimonial e financeira havida no exercício, na qual ficou evidenciado que as peças e demonstrações contábeis integrantes das Contas Anuais do exercício de 2004, quanto à forma, no aspecto genérico, estão de acordo com os princípios e normas gerais de Direito Financeiro e de Contabilidade Pública estabelecidos na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na legislação federal e estadual vigentes, e, quanto ao conteúdo, de modo geral e até onde o exame pode ser realizado para emissão do parecer, representam, adequadamente, a posição financeira, orçamentária e patrimonial do Estado em 31 de dezembro de 2004, com as ressalvas contidas nesta Conclusão; CONSIDERANDO o exame do Corpo Técnico acerca da execução dos Orçamentos Fiscal e de Seguridade Social, em consonância com o Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias; CONSIDERANDO as informações complementares encaminhadas pelos Poderes e Órgãos, por solicitação deste Relator, e consideradas pelo Corpo Técnico deste Tribunal e no Relatório; CONSIDERANDO as contra-razões apresentadas pelo Poder Executivo no exercício do contraditório previsto no art. 78 do Regimento Interno do Tribunal de Contas;



*CONSIDERANDO que as Contas apresentadas, referentes ao exercício de 2004, de modo geral, atenderam aos princípios norteadores da Administração Pública con-  
dizentes à legalidade e à legitimidade, excetuadas as falhas e deficiências anotadas;  
CONSIDERANDO que as ocorrências incluídas nas ressalvas e recomendações apon-  
tadas devem ser corrigidas para que não acarretem prejuízos ao cumprimento de  
normas legais e dos instrumentos de planejamento e execução orçamentária, assim  
como, dos princípios da publicidade, da finalidade, da eficiência e da transparência  
da Administração Pública, em prol da sociedade catarinense; CONSIDERANDO a  
manifestação do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas constante de seu  
Parecer MPTC/nº 1.374/2005 (art. 108, inciso II, da Lei Complementar nº 202/2000  
e art. 74 do Regimento Interno); CONSIDERANDO que é da competência exclusiva  
da Assembleia Legislativa, conforme determina o art. 40, inciso IX, da Constituição  
Estadual, julgar as contas prestadas anualmente pelo Excelentíssimo Senhor Gover-  
nador do Estado; e CONSIDERANDO que a análise técnica e Parecer Prévio deste  
Tribunal, sobre as Contas Anuais do exercício de 2004 prestadas pelo Chefe do  
Poder Executivo Estadual, não obstam, nem condicionam o posterior julgamento  
pelo Tribunal de Contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros,  
bens e valores da administração direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos  
Poderes e Órgãos do Estado, bem como dos que derem causa a perda, extravio ou  
outra irregularidade de que resulte prejuízo ao Erário, em consonância com os arts.  
58, parágrafo único, e 59, inciso II, da Constituição Estadual; **É DE PARECER** que  
os Balanços Gerais do Estado representam adequadamente a posição financeira,  
orçamentária e patrimonial em 31 de dezembro de 2004, de acordo com os princí-  
pios fundamentais de contabilidade aplicados à Administração Pública Estadual,  
bem como o resultado das ações realizadas, estando as contas prestadas pelo Gover-  
nador do Estado, Excelentíssimo Senhor Doutor LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA,  
relativas ao Poder Executivo, em condições de serem **APROVADAS** no julgamento a  
ser realizado pela Augusta Assembleia Legislativa, com as seguintes ressalvas e  
recomendações: **1. Ressalvas — 1.1) Aplicação de recursos em ações e serviços  
públicos de saúde** — Aplicação de recursos em ações e serviços de saúde em  
percentual inferior ao previsto no art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais  
Transitórias da Constituição Federal, com redação da Emenda Constitucional nº  
29, de 2000. **1.2) Déficit Orçamentário** — Ocorrência de déficit orçamentário  
contabilizado de R\$ 95,58 milhões, e ajustado de R\$ 109,62 milhões, este correspon-  
dente a 1,45% da receita arrecadada no exercício, não contribuindo para o equilí-  
brio das contas públicas preconizado pela Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei  
Federal nº 4.320/64. **1.3) Déficit financeiro** — Ocorrência de déficit financeiro  
contabilizado da ordem de R\$ 165,85 milhões, não contribuindo para o equilíbrio  
das contas públicas preconizado pela Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei Federal  
nº 4.320/64. **1.4) Aplicação dos recursos do FUNDEF na remuneração dos profis-  
sionais do magistério em percentual inferior ao previsto na Constituição Federal**  
— Aplicação de 53,87% dos recursos do FUNDEF na remuneração dos profissio-  
nais do magistério em efetivo exercício (empenhado e liquidado), inferior ao mínimo*

de 60%, não atendendo o disposto no art. 60, § 5º, do ADCT/CF, com a redação da EC nº 14/96, e o art. 7º da Lei Federal nº 9.424/96. **1.5) Inscrição de Restos a Pagar no Passivo Permanente** — Cancelamento de restos a pagar processados relativos ao exercício de 2003, no valor de R\$ 110,08 milhões, e subsequente inscrição dos valores em dívida fundada, sem as características necessárias de que trata a Lei nº 4.320/64, resultando em redução de saldo da conta Restos a Pagar, com influência sobre o déficit financeiro do exercício. **1.6) Manutenção e desenvolvimento do ensino superior** — Destinação de recurso para a manutenção e desenvolvimento do ensino superior em percentual inferior a 5% estabelecido no art. 170 da Constituição do Estado. **1.7) Não cumprimento das metas fiscais** — Não cumprimento das metas fiscais exigidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal e contidas na Lei nº 12.640/03 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) em relação ao resultado nominal e despesa total. **1.8) Realização de Despesas sem Dotação Orçamentária** — Realização de despesas sem dotação orçamentária e sem prévio empenho, em desacordo com o art. 167 da Constituição Federal e art. 60 da Lei nº 4.320/64. **2 — Recomendações** — **2.1) Informações exigidas pela LRF no relatório das contas anuais** — Apresentar as contas anuais contendo relatório com as informações quanto às providências adotadas no âmbito da fiscalização das receitas e do combate à sonegação, as ações de recuperação de créditos nas instâncias administrativa e judicial e sobre as demais medidas para incremento das receitas tributárias e de contribuições, conforme exigido no art. 58 da Lei Complementar nº 101, de 05 de maio de 2000. **2.2) Informações exigidas no relatório da unidade de controle interno do Poder Executivo** — Apresentar o relatório da unidade de controle interno do Poder Executivo, integrante da prestação das contas anuais, contendo todos os elementos previstos no art. 70, II, do Regimento Interno do Tribunal de Contas, incluindo a descrição analítica da execução de cada um dos programas incluídos no orçamento anual, com indicação das metas físicas e financeiras previstas e das executadas. **2.3) Outras Despesas com Pessoal** — Promover a inclusão, como “Outras Despesas com Pessoal”, no Relatório de Gestão Fiscal, das despesas com contratos de terceirização de mão-de-obra, (serviços de terceiros) que atendam o disposto no art. 18, § 1º, da Lei Complementar nº 101/00 (caracterizam substituição de servidores e empregados públicos), adotando os parâmetros definidos no art. 39, parágrafo único, I e II, da Lei Estadual nº 12381/02. **2.4) Informações relativas ao Mapa da Exclusão Social** — Promover ações visando a obter dados e informações atualizados para elaboração do Mapa da Exclusão Social do Estado de Santa Catarina, comparando-os com os dados dos anos anteriores, conforme exige a Lei Estadual nº 11.909/01, a fim de demonstrar a evolução dos índices. **2.5) Sistema de acompanhamento dos programas de governo** — Desenvolver ações visando a implementar eficiente e integrado sistema de acompanhamento dos programas de governo, disponibilizando os resultados à sociedade. **2.6) Gestão dos depósitos judiciais** — Adotar medidas visando o controle efetivo sobre o recebimento e aplicação dos recursos dos depósitos à disposição da Justiça, de que trata Lei nº 13.186, de 02 de dezembro de 2004, promovendo a adequação contábil das receitas oriundas da Conta Única como receita orçamen-

tária, com demonstração das despesas pagas e os beneficiários da aplicação dos recursos, além da manutenção do percentual de 20% dos valores em conta corrente bancária representativa do Fundo de Reserva previsto no Decreto nº 2.763, de 15 de dezembro de 2004. **2.7) Adotar medidas para o cumprimento da Instrução Normativa nº TC-001/2003** — Adotar medidas para o cumprimento da Instrução Normativa nº TC-001/2003 do Tribunal de Contas do Estado, promovendo a integral remessa das informações sobre as obras públicas para o sistema de Controle de Obras Públicas — SCO. **2.8) Aplicação de recursos do FUNDEF conforme LDB** — Aplicar os recursos do FUNDEF na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental exclusivamente nas despesas permitidas pelo art. 70 da Lei Federal nº 9.394/96, evitando utilização desses recursos para subvenções sociais. **2.9) Aplicação dos recursos provenientes do salário-educação** — Aplicar em sua totalidade, no ensino fundamental, os recursos provenientes do salário-educação, conforme exigido pelo art. 212, § 5º, da CF, com a redação da EC nº 14/96. **2.10) Exclusão das despesas com pagamentos de inativos da base de cálculo do valor aplicado em manutenção e desenvolvimento do ensino** — Excluir, de forma gradativa, as despesas com pagamentos de inativos da base de cálculo do valor aplicado em manutenção e desenvolvimento do ensino e do ensino fundamental, por não representar contribuição para a manutenção ou para o desenvolvimento do sistema educacional, em respeito ao objetivo do art. 212 da CF. **2.11) Contingenciamento de Despesas** — Realizar o contingenciamento da despesa, quando averiguado, a cada bimestre, que as receitas não comportarão as despesas, em atendimento ao art. 9º, caput, da Lei Complementar nº 101/00, em montantes suficientes ao equilíbrio das contas, de modo a eliminar déficits orçamentários e financeiros. **2.12) Aporte de recursos para o Projeto de Geração de Trabalho e Renda através do Reflorestamento** — Realizar aporte de recursos para os contratos já firmados relativos ao Projeto de Geração de Trabalho e Renda através do Reflorestamento, celebrados pelo Governo de acordo com a Lei nº 8.676, de 17 de junho de 1993, e Resoluções do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural nº 010/1999 e nº 011/2001. **2.13) Aporte de recursos da contrapartida estadual para execução dos programas financiados por organismos internacionais** — Realizar o tempestivo e suficiente aporte de recursos da contrapartida estadual para execução dos programas financiados por organismos internacionais, evitando atrasos no cumprimento dos prazos previstos nos respectivos contratos e o aumento dos custos operacionais e financeiros, bem como a postergação da disponibilização das obras, serviços e equipamentos à comunidade catarinense. **2.14) Aplicação de recursos em ciência e tecnologia** — Promover ações visando a aplicação dos recursos mínimos em ciência e tecnologia previstos no art. 193 da Constituição do Estado, em especial diante da disciplina da Lei Complementar Estadual nº 284/05; **2.15) Convênios com municípios para utilização de recursos da CIDE** — Adotar mecanismos para que haja efetivo e eficaz controle técnico sobre as obras executadas pelos municípios com recursos da CIDE transferidos pelo Estado, evitando obras de baixa qualidade e reduzida vida útil, com conseqüente desperdício de recursos públicos”. Concluída a votação, declarou o Sr. Presidente ter

o Tribunal Pleno emitido parecer prévio recomendando a aprovação das Contas do exercício de 2004 prestadas pelo Exmo. Sr. Governador do Estado de Santa Catarina, Dr. Luiz Henrique da Silveira, com as ressalvas e recomendações especificadas. Ato contínuo, colocou em votação o Projeto de Parecer Prévio sobre as Contas do exercício de 2004, do Poder Legislativo, nos seguintes termos: **“PROJETO DE PARECER PRÉVIO SOBRE AS CONTAS DO PODER LEGISLATIVO — O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**, observando o que dispõe a Constituição Estadual e de acordo com a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 — Lei de Responsabilidade Fiscal; e CONSIDERANDO o art. 56, da LRF, que exige a apresentação de parecer prévio separado para os órgãos e poderes; CONSIDERANDO que a prestação de contas do Poder Legislativo, relativa ao exercício de 2004, foi apresentada e consolidada nas Contas apresentadas pelo Governador do Estado na forma do art. 59, inciso I, da Constituição Estadual, estando integrada ao Balanço Geral do Estado, e se encontra elaborada de acordo com os preceitos de Contabilidade Pública e que demonstra os resultados da Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial dos Poderes e Órgãos do Estado; CONSIDERANDO a análise técnica realizada na referida prestação de contas, constituída de Balanços e Demonstrativos da execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social; CONSIDERANDO que o Relatório Técnico que acompanha o Parecer Prévio contém informações acerca do cumprimento das normas constitucionais e legais relativos à execução dos orçamentos do Estado, incluindo o Poder Legislativo, e a sua conformidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias; bem como sobre o cumprimento dos parâmetros e limites determinados pela LRF; e CONSIDERANDO que a análise técnica e Parecer Prévio deste Tribunal, sobre as Contas Anuais do exercício de 2004 prestadas pelo Chefe do Poder Executivo Estadual aos quais foram juntadas as Contas dos demais Poderes e Órgãos, não impedem nem condicionam o posterior julgamento pelo Tribunal de Contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores da administração direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes e Órgãos do Estado, bem como dos que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao Erário, em consonância com os arts. 58, parágrafo único e 59, inciso II, da Constituição Estadual, **É DE PARECER** que as Contas do Poder Legislativo do Estado, prestadas pelo Presidente da Assembléia Legislativa, Excelentíssimo Senhor Deputado Júlio Garcia, relativas ao exercício de 2004, da gestão do Deputado Volnei Morastoni, se encontram adequadamente instruídas com as informações necessárias e que os limites e parâmetros exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal foram atendidos, estando em condições de serem **APROVADAS** no julgamento a ser realizado pela Augusta Assembléia Legislativa”. Encerrada a votação, declarou o Sr. Presidente ter o Tribunal Pleno emitido parecer prévio recomendando a aprovação das Contas do exercício de 2004 prestadas pelo Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Deputado Estadual Júlio Garcia. Em seguida, colocou em votação o Projeto de Parecer Prévio sobre as Contas do exercício de 2004, do Poder Judiciário, nos seguintes termos: **“PROJETO DE PARECER PRÉVIO SOBRE AS CONTAS DO PODER JUDI-**

**CIÁRIO — O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**, observando o que dispõe a Constituição Estadual e de acordo com a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 — Lei de Responsabilidade Fiscal; e **CONSIDERANDO** o art. 56, da LRF, que exige a apresentação de parecer prévio separado para os órgãos e poderes; **CONSIDERANDO** que a prestação de contas do Poder Judiciário, relativa ao exercício de 2004, foi apresentada e consolidada nas Contas apresentadas pelo Governador do Estado de acordo com o art. 59, inciso I, da Constituição Estadual, estando integrada ao Balanço Geral do Estado, que se encontra elaborado de acordo com os preceitos de Contabilidade Pública e que demonstra os resultados da Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial dos Poderes e Órgãos do Estado; **CONSIDERANDO** a análise técnica realizada na referida prestação de contas, constituída de Balanços e Demonstrativos da execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social; **CONSIDERANDO** que o Relatório Técnico que acompanha o Parecer Prévio contém informações acerca do cumprimento das normas constitucionais e legais relativos à execução dos orçamentos do Estado, incluindo o Poder Judiciário, e a sua conformidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias; bem como sobre o cumprimento dos parâmetros e limites determinados pela LRF; e **CONSIDERANDO** que a análise técnica e Parecer Prévio deste Tribunal, sobre as Contas Anuais do exercício de 2004 prestadas pelo Chefe do Poder Executivo Estadual aos quais foram juntadas as Contas dos demais Poderes e Órgãos, não impedem nem condicionam o posterior julgamento pelo Tribunal de Contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores da administração direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes e Órgãos do Estado, bem como dos que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao Erário, em consonância com os arts. 58, parágrafo único e 59, inciso II, da Constituição Estadual, **É DE PARECER** que as Contas do Poder Judiciário do Estado do exercício de 2004, prestadas pelo Presidente do Tribunal de Justiça, Excelentíssimo Senhor Desembargador Jorge Mussi, se encontram adequadamente instruídas com as informações necessárias e que os limites e parâmetros exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal foram atendidos, estando em condições de serem **APROVADAS** no julgamento a ser realizado pela Augusta Assembléia Legislativa. Concluída a votação, declarou o Sr. Presidente que o Tribunal de Contas emitiu parecer prévio recomendando a aprovação das Contas do exercício de 2004 do Poder Judiciário, prestadas pelo Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, Desembargador Jorge Mussi. Ato contínuo, colocou em votação o Projeto de Parecer Prévio sobre as Contas do exercício de 2004, do Ministério Público Estadual, que contém o seguinte teor: **“PROJETO DE PARECER PRÉVIO SOBRE AS CONTAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL — O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**, observando o que dispõe a Constituição Estadual e de acordo com a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 — Lei de Responsabilidade Fiscal; e **CONSIDERANDO** o art. 56, da LRF, que exige a apresentação de parecer prévio separado para os órgãos e poderes; **CONSIDERANDO** que a prestação de contas do Ministério Público Estadual, relativa ao exercício de 2004, foi apresentada e conso-



lidada nas Contas apresentadas pelo Governador do Estado de acordo com o art. 51, inciso I, da Constituição Estadual, estando integrada ao Balanço Geral do Estado, que se encontra elaborado de acordo com os preceitos de Contabilidade Pública e que demonstra os resultados da Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial dos Poderes e Órgãos do Estado; **CONSIDERANDO** a análise técnica realizada na referida prestação de contas, constituída de Balanços e Demonstrativos da execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social; **CONSIDERANDO** que o Relatório Técnico que acompanha o Parecer Prévio contém informações acerca do cumprimento das normas constitucionais e legais relativos à execução dos orçamentos do Estado, incluindo o Ministério Público Estadual, e a sua conformidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias; bem como sobre o cumprimento dos parâmetros e limites determinados pela LRF; e **CONSIDERANDO** que a análise técnica e Parecer Prévio deste Tribunal, sobre as Contas Anuais do exercício de 2004 prestadas pelo Chefe do Poder Executivo Estadual aos quais foram juntadas as Contas dos demais Poderes e Órgãos, não impedem nem condicionam o posterior julgamento pelo Tribunal de Contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores da administração direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes e Órgãos do Estado, bem como dos que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao Erário, em consonância com os arts. 58, parágrafo único e 59, inciso II, da Constituição Estadual, **É DE PARECER** que as Contas do Ministério Público Estadual do exercício de 2004, prestadas pelo Procurador Geral de Justiça, Excelentíssimo Senhor Procurador de Justiça Pedro Sérgio Steil, se encontra adequadamente instruída com as informações necessárias e que os limites e parâmetros exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal foram atendidos, com a ressalva contida nesta Conclusão, estão em condições de serem **APROVADAS** no julgamento a ser realizado pela Augusta Assembléia Legislativa, com as seguintes ressalva e recomendação: **1. Ressalva** — Despesa com pessoal acima do limite previsto no art. 20, inciso II, alínea d, da Lei Complementar nº 101/00 — Lei de Responsabilidade Fiscal. **2. Recomendação** — Adotar providências para que seja observado o art. 20, inciso II, alínea d, da LRF, quanto ao limite legal com gastos de pessoal”. Encerrada a votação, declarou o Sr. Presidente ter o Tribunal de Contas emitido parecer prévio recomendando a aprovação das Contas do exercício de 2004 prestadas pelo Exmo. Sr. Procurador Geral de Justiça, Dr. Pedro Sérgio Steil, com a ressalva e recomendação especificadas.

**X — Encerramento:** Ao final da Sessão, o Presidente, Conselheiro Luiz Suzin Marini, falou o seguinte: “Antes de encerrar, quero agradecer a presença das ilustres autoridades convidadas, Conselheiros, Auditores, Procurador-Geral, servidores, profissionais da imprensa, inclusive da TV/AL, que prestigiaram este ato. Muito obrigado pela presença de todos. Quero destacar o relevante trabalho do Conselheiro Otávio Gilson dos Santos, Relator das Contas prestadas pelo Governador do Estado, bem como de toda a equipe que participou deste processo, não só nestes sessenta dias, mas desde o ano passado, em sucessivas reuniões e atividades diversas, o que possi-

*bilitou o seu bem lançado relatório.*” Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente convocou a próxima Sessão Ordinária para o dia e hora regimentais, encerrando a presente Sessão às 19 horas. Para constar, eu, Marina Clarice Niches Custódio, Secretária das Sessões, lavrei a presente Ata.

---

***Conselheiro Luiz Suzin Marini — Presidente***

---

***Conselheiro Wilson Rogério Wan-Dall — Corregedor Geral***

---

***Conselheiro Moacir Bertoli***

---

***Conselheiro Otávio Gilson dos Santos***

---

***Conselheiro Luiz Roberto Herbert***

---

***Conselheiro-Substituto Altair Debona Castelan***  
(art.86, *caput*, da LC nº 202/2000)

---

***Conselheiro-Substituto Clóvis Mattos Balsini***  
(art.86, § 2º, da LC nº 202/2000)

---

***Auditora Thereza Aparecida Costa Marques***

Fui presente

---

***Procurador Geral Márcio de Souza Rosa***





## ANEXOS





OF. TC/GAP-8110/2005

Florianópolis, 20 de junho de 2005

Senhor Secretário,

Com os meus cordiais cumprimentos a Vossa Excelência, tenho a satisfação de encaminhar-lhe, em anexo, cópia do Relatório e Parecer Prévio sobre a Prestação de Contas do Governo do Estado de Santa Catarina, referente ao exercício de 2004 (processo PCG-0500895953).

Outrossim, informo-lhe que o referido processo foi submetido à apreciação do Tribunal Pleno em Sessão Extraordinária do dia 09 do corrente mês, dentro do prazo estabelecido no art. 59, inciso I, da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Na oportunidade, foram emitidos Pareceres Prévios recomendando a aprovação das contas dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Ministério Público (C.E., art. 59, I e L.C. 202/2000, art. 56).

Colho a oportunidade para renovar a Vossa Excelência expressões de consideração e apreço.

Conselheiro LUIZ SUZIN MARINI  
Presidente

Exmo. Sr.  
MAX ROBERTO BORNHOLDT  
DD. Secretário de Estado da Fazenda  
N e s t a

OF. TC/GAP-8111/2005

Florianópolis, 20 de junho de 2005

Senhor Presidente,

Com os meus cordiais cumprimentos a Vossa Excelência, tenho a satisfação de encaminhar-lhe, em anexo, cópia do Relatório e Parecer Prévio sobre a Prestação de Contas do Governo do Estado de Santa Catarina, referente ao exercício de 2004 (processo PCG-0500895953).

Outrossim, informo-lhe que o referido processo foi submetido à apreciação do Tribunal Pleno em Sessão Extraordinária do dia 09 do corrente mês, dentro do prazo estabelecido no art. 59, inciso I, da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Na oportunidade, foram emitidos Pareceres Prévios recomendando a aprovação das contas dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Ministério Público (C.E., art. 59, I e L.C. 202/2000, art. 56).

Colho a oportunidade para renovar a Vossa Excelência expressões de consideração e apreço.

Conselheiro LUIZ SUZIN MARINI  
Presidente

Exmo. Sr.  
Desembargador JORGE MUSSI  
DD. Presidente do Tribunal de Justiça  
N e s t a

OF. TC/GAP-8112/2005

Florianópolis, 20 de junho de 2005

Senhor Procurador Geral de Justiça,

Com os meus cordiais cumprimentos a Vossa Excelência, tenho a satisfação de encaminhar-lhe, em anexo, cópia do Relatório e Parecer Prévio sobre a Prestação de Contas do Governo do Estado de Santa Catarina, referente ao exercício de 2004 (processo PCG-0500895953).

Outrossim, informo-lhe que o referido processo foi submetido à apreciação do Tribunal Pleno em Sessão Extraordinária do dia 09 do corrente mês, dentro do prazo estabelecido no art. 59, inciso I, da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Na oportunidade, foram emitidos Pareceres Prévios recomendando a aprovação das contas dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Ministério Público (C.E., art. 59, I e L.C. 202/2000, art. 56).

Colho a oportunidade para renovar a Vossa Excelência expressões de consideração e apreço.

Conselheiro LUIZ SUZIN MARINI  
Presidente

Exmo. Sr.  
Dr. PEDRO SÉRGIO STEIL  
DD. Procurador Geral de Justiça  
N e s t a

OF. TC/GAP-8113/2005

Florianópolis, 20 de junho de 2005

Senhor Presidente,

Com os meus cordiais cumprimentos a Vossa Excelência, tenho a satisfação de encaminhar-lhe, em anexo, cópia do Relatório e Parecer Prévio sobre a Prestação de Contas do Governo do Estado de Santa Catarina, referente ao exercício de 2004 (processo PCG-0500895953).

Outrossim, informo-lhe que o referido processo foi submetido à apreciação do Tribunal Pleno em Sessão Extraordinária do dia 09 do corrente mês, dentro do prazo estabelecido no art. 59, inciso I, da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Na oportunidade, foram emitidos Pareceres Prévios recomendando a aprovação das contas dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Ministério Público (C.E., art. 59, I e L.C. 202/2000, art. 56).

Colho a oportunidade para renovar a Vossa Excelência expressões de consideração e apreço.

Conselheiro LUIZ SUZIN MARINI  
Presidente

Exmo. Sr.  
Deputado JULIO GARCIA  
DD. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina  
N e s t a

OF. TC/GAP-8115/2005

Florianópolis, 20 de junho de 2005

Excelentíssimo Senhor Governador,

Com os meus cordiais cumprimentos a Vossa Excelência, tenho a satisfação de encaminhar-lhe, em anexo, cópia do Relatório e Parecer Prévio sobre a Prestação de Contas do Governo do Estado de Santa Catarina, referente ao exercício de 2004 (processo PCG-0500895953).

Outrossim, informo-lhe que o referido processo foi submetido à apreciação do Tribunal Pleno em Sessão Extraordinária do dia 09 do corrente mês, dentro do prazo estabelecido no art. 59, inciso I, da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Na oportunidade, foram emitidos Pareceres Prévios recomendando a aprovação das contas dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Ministério Público (C.E., art. 59, I e L.C. 202/2000, art. 56).

Colho a oportunidade para renovar a Vossa Excelência expressões de consideração e apreço.

Conselheiro LUIZ SUZIN MARINI  
Presidente

À Sua Excelência o Senhor  
Doutor LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA  
Digníssimo Governador do Estado de Santa Catarina  
N e s t a